



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO
(PPGPPD)**

**A IMPORTÂNCIA DA TERRITORIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS A
PARTIR DO ESTUDO DE CASO DO CRAS NORTE – FOZ DO IGUAÇU**

CARINA ROSÁLIA GODINHO FREIRE

Foz do Iguaçu
2020



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA
(UNILA) INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,
SOCIEDADE E POLÍTICA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO (PPGPPD)**

**A IMPORTÂNCIA DA TERRITORIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS A
PARTIR DO ESTUDO DE CASO DO CRAS NORTE – FOZ DO IGUAÇU/PR**

CARINA ROSÁLIA GODINHO FREIRE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Políticas Públicas e Desenvolvimento.

Orientadora: Profa. Dra. Andréia Moassab

Foz do Iguaçu
2020

CARINA ROSÁLIA GODINHO FREIRE

**A IMPORTÂNCIA DA TERRITORIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS A
PARTIR DO ESTUDO DE CASO DO CRAS NORTE – FOZ DO IGUAÇU/PR**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Políticas Públicas e
Desenvolvimento da Universidade Federal da
Integração Latino-Americana, como requisito
parcial à obtenção do título de Mestra em
Políticas Públicas e Desenvolvimento

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Gilson Batista de Oliveira
UNILA

Orientador: Profa. Dra. Andréia Moassab
UNILA

Profa. Dra. Patrícia Zandonade
UNILA

Profa. Dra. Marina Gouvea
UFRJ

Foz do Iguaçu, setembro de 2020.

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - PTI

F866i

Freire, Carina Rosália Godinho.

A importância da territorialização das políticas públicas a partir do estudo de caso do CRAS Norte - Foz do Iguaçu / Carina Rosália Godinho Freire. - Foz do Iguaçu, 2020.
106 f.: il.

Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento.

Orientador: Andreia Moassab.

1. Centro de Referência de Assistência Social. 2. Políticas públicas - Foz do Iguaçu (Paraná). 3. Assistência Social. I. Moassab, Andreia, Orient. II. Título.

CDU: 364-72(816.2)

Dedico este trabalho às famílias do
CRAS Norte – Foz do Iguaçu.

AGRADECIMENTO (S)

Em primeiro lugar aos sujeitos entrevistados que colaboraram com a pesquisa e principalmente pelo exemplo de garra, determinação, persistência, simplicidade, cuidado e bom humor.

Ao meu amor Jair, parceiro de evolução, pelo amor, amizade, carinho, cuidado, paciência, preocupação e contribuição de ideias enriquecedoras deste trabalho.

Aos meus pais amados, pelo exemplarismo de vida e conforto para o meu coração. Amo vocês!

A minha família, que mesmo distante, se faz presente como inspiração constante de fibra e vontade.

A minha professora orientadora pela orientação assertiva neste trabalho e pela compreensão diante dos momentos de adversidade que atravessaram a trajetória do mestrado.

A minha querida amiga, professora, intelectual, orientadora e mulher de força, Karine Brito, pelo apoio e assistência nos momentos críticos.

As professoras Patrícia Zandonade e Marina Machado Gouvêa, pelas orientações valiosas no processo de qualificação e participação enriquecedora na banca de defesa.

Ao professor Gilson Batista de Oliveira pela presença e suporte ao longo desses dois anos, sobretudo na etapa final.

A equipe do CRAS Norte pela abertura, parceria e apoio na realização do trabalho.

Aos competentes geógrafos, Diego Stark e Rene Flores Ribeiro, que gentilmente contribuíram com a confecção do mapa da área de abrangência do CRAS Norte.

Aos educadores sociais do CAIA Canadá pela providencial ajuda na mobilização das famílias.

Ao médico e conscienciólogo Waldo Vieira pelo aprendizado e exemplarismo de assistência e força de vontade.

*Mas é preciso ter força.
É preciso ter graça,
É preciso ter sonho sempre
Quem tem na pele esta marca
Possui a estranha mania
De ter fé na vida*

- Milton Nascimento -

RESUMO

Esta pesquisa tem como objeto de estudo a territorialização das políticas públicas em Foz do Iguaçu/PR, tendo por base a experiência do CRAS Norte. Compreende-se que no desenho das políticas de assistência social no Brasil, o CRAS é a base territorial e a entrada para o acesso a diversos direitos e benefícios. Portanto, analisar o seu impacto em determinado território pode colaborar para a efetivação das políticas e acesso a direitos das populações. É sob esta perspectiva que este trabalho se debruça sobre o território de abrangência do CRAS Norte em Foz do Iguaçu, com o objetivo de obter informações dos efeitos da extensão do seu território e do atendimento socioassistencial às famílias. A metodologia adotada foi a pesquisa qualitativa, com base no método observacional e descritivo, devido ao seu caráter exploratório. Apresentamos os discursos das entrevistas com as coordenadoras do CRAS Norte e famílias do bairro Jardim Canadá, analisando os limites e efeitos da política de assistência social no município. Dessa forma, de modo geral, constatamos que desde sua implementação a assistência social em Foz do Iguaçu enfrenta grandes desafios. Primeiro, para garantir a gestão da política conforme preconiza a lei, segundo, para manter a eficiência dos serviços prestados na proteção social básica e na proteção social especial, terceiro, para enfrentar problemas sociais complexos diante de adversidades causadas por ser uma cidade de tríplice fronteira, pela chegada da Usina Hidrelétrica de Itaipu, entre outros aspectos. Com isso, as conclusões apontam que o contexto social peculiar de Foz do Iguaçu, notadamente do território norte da cidade, portanto, impõe um grau de dificuldade para a condução e a implementação da política de assistência social conforme as diretrizes descritas no SUAS.

Palavras-chave: 1. Assistência Social 2. CRAS 3. Territorialização.

ABSTRACT

This research has as object of study the territorialization of public policies in Foz do Iguaçu / PR, based on the experience of CRAS Norte. The general objective was to obtain information on the effects of the extension of the territory of CRAS Norte, caused in the flow of social assistance to families in the coverage area. The methodology adopted was qualitative research, as it is based on the observational and descriptive method, due to its exploratory character. For this, the techniques used for data collection were simple observation and informal semi-structured interviews, always in possession of the field diary to record events. We present the speeches of the interviewed subjects, coordinators of CRAS Norte and families from the Jardim Canadá district, analyzing the limits and effects of the social assistance policy in the municipality. Thus, in general, we found that since its implementation, social assistance in Foz do Iguaçu faces great challenges. First, to ensure policy management as required by law, second, to maintain the efficiency of services provided in basic social protection and special social protection, third, to face complex social problems in the face of adversity caused by being a triple frontier city, for the arrival of the Itaipu Hydroelectric Plant, among other aspects. As a result, the peculiar social context of Foz do Iguaçu, therefore, imposes a degree of difficulty in conducting social assistance. In light of this, the conclusions point out that more planning of actions is needed that need to be carried out in order to effectively implement the SUAS guideline.

Key words: 1. Social Assistance 2. CRAS 3. Territorialization.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Serviços ofertados no CRAS e no CREAS.....	36
Quadro 2 - Número de famílias atendidas pela proteção social básica de Foz do Iguaçu.....	46
Quadro 3 - Famílias cadastradas no CRAS Norte.....	61
Quadro 4 – Quantidade de atendimentos prestados pelo CRAS Norte às famílias do território de abrangência em 2018.....	70

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Terreno do CRAS Norte com a casa antiga antes da reforma da sede atual.....	63
Fotografia 2 - Localização do CRAS Norte visto de cima.....	64
Fotografia 3 - CRAS Norte visto de frente.....	64
Fotografia 4 - Imediações do terreno do CRAS Norte.....	65
Fotografia 5 - Galpão da Associação de Moradores do Jd. Canadá.....	66
Fotografia 6 - Fachada do CRAS Norte.....	68
Fotografia 7 - Recepção do CRAS Norte.....	68
Fotografia 8 - Saguão de espera do CRAS Norte.....	69
Fotografia 9 - Bairro Jardim Canadá.....	73
Fotografia 10 - Bairro Jardim Canadá.....	74
Fotografia 11 - Bairro Jardim Canadá.....	75
Fotografia 12 - Bairro Jardim Canadá.....	76

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 Mapa do bairro Lancaster, com a representação do Jd. Canadá.....	20
Mapa 2 Localização da sede do CRAS Norte e sua área de abrangência.....	62

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFA - Associação Fraternidade Aliança
APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
BPC - Benefício e Prestação Continuada
CADUNICO – Cadastro Único
CAIA - Centro de Atenção Integral ao Adolescente
CAPS - I Centro de Atenção Psicossocial Infantil
CEBRAP - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CECAD - Consulta, seleção e extração de informações do cadastro único
CEDECA - Centro de Defesa da Criança e do Adolescente CENTRO POP
CF - Constituição Federal
CIB - Comissão Intergestores Bipartite
CIT - Comissão Intergestores Tripartite
CLT - Consolidação das Leis do Trabalho
CMAS - Conselho Municipal da Assistência Social
CMEI - Centro Municipal de Educação Infantil
CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS - Centro de Referência da Assistência Social
CREAS - Centro de Referência Especializado da Assistência Social
DOU- Diário Oficial da União
EJA - Educação de Jovens e Adultos
FNAS - Fundo Municipal de Assistência Social
GSE - Grupo Socioeducativo
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGD - PBF - Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família
INPE: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
LA - Liberdade Assistida
LBA - Legião Brasileira de Assistência
LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros.
LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
NOB - Norma Operacional Básica

NOB-RH – Norma Operacional Básica de Recursos Humanos

OSC - Organizações da Sociedade Civil

PAEFI - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

PBF - Programa Bolsa Família

PMFI - Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu

PNAS - Política Nacional da Assistência Social

PSC - Prestação de Serviço à Comunidade

PTI - Parque Tecnológico Itaipu

PUC - Pontifícia Universidade Católica

SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SMAAS - Secretaria Municipal de Assistência Social

SMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

UNILA - Universidade Federal da Integração Latino-Americana

TDAH - Transtorno e Déficit de Atenção e Hiperatividade

UHI - Usina Hidrelétrica de Itaipu

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: do contexto nacional à Foz do Iguaçu.....	26
O SUAS em Foz do Iguaçu.....	40
DESCENTRALIZAR PARA TERRITORIALIZAR	50
As Particularidades do Processo de Territorialização do CRAS Norte	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	82
REFERÊNCIAS.....	87
APÊNDICES.....	90
ANEXOS.....	96

INTRODUÇÃO

O interesse por este tema de pesquisa teve início com a experiência como psicóloga social durante quatro anos, em diferentes Centros de Referência da Assistência Social - CRAS no interior e na capital de Minas Gerais. Este período de trabalho no CRAS despertou a motivação para pesquisar a experiência das famílias com o CRAS em Foz do Iguaçu, isto é, compreender como se relacionam com esta política pública e vice-versa. O intuito de poder contribuir para o desenvolvimento da pesquisa sobre a política de assistência social no Paraná, a partir da experiência de Foz do Iguaçu, é que torna este tema relevante.

Foz do Iguaçu está localizada a oeste do Estado do Paraná, compondo a fronteira trinacional junto com Paraguai e Argentina. Nesta região viviam grupos indígenas desde a chegada dos portugueses no Brasil, os/as Caiagangues e os/as Guaranis vindos/as do Paraguai. Em 1876, Dom Pedro II ordenou ao Capitão Nestor Borba uma expedição com o objetivo de incorporar a região de Foz do Iguaçu ao mapa do Brasil. Porém, somente em 1889 que foi determinado pelo militar tenente José Joaquim Firmino a instalação da Colônia Militar em Foz do Iguaçu, além da construção de estradas no interior do Paraná. Com a chegada dos colonizadores as comunidades indígenas precisavam garantir sua sobrevivência, e parte dos Caiaganges e Guaranis reagiram a convivência com os militares e se refugiaram próximos as cidades de Manguairinha, Chopinzinho e Coronel Vivida; e a outra parte ficou na região da Colônia Militar prestando serviços domésticos, encarregados de abrir picadas para a construção de estradas, entre outros (Helm, 2013). O engenheiro civil responsável que iniciou os trabalhos na época foi José Maria de Brito, sargento do exército brasileiro e, que após sete meses de expedição chegou à Foz do Iguaçu no dia 15 de junho de 1889. O comércio principal na época era com a exploração da erva-mate e madeira, que fortaleceu o desenvolvimento econômico da região. Atraídos pelo comércio lucrativo, vários imigrantes da Argentina e do Paraguai vieram para trabalhar e ajudaram nessa expansão. Em 1897 o capitão Edmundo de Barros iniciou a implementação de um parque na margem brasileira do rio Iguaçu, o qual contou com a ajuda de Alberto Santos Dumont em 1916, mas que só se concretizou em 1939 na gestão do presidente Getúlio Vargas. Em 10 de junho de 1914 foi criado o município de Vila do Iguaçu com o então prefeito coronel Jorge Schimmelpfeng

(1914-1924) e a primeira Câmara de Vereadores, passando em 1918 a ser chamada Foz do Iguaçu. O mando do processo de formação da cidade, e ao longo dos anos até 1963, foi exercido por militares nomeados de outros estados, que vinham para Foz forçados, desconsiderando continuamente os habitantes nativos que já viviam na região, além do pouco interesse que tinham pelo desenvolvimento econômico-social da cidade. (Lima, 2001).

Novamente a expulsão indígena e de pessoas de outras regiões ocorreram, por exemplo, com a desapropriação das terras alagadas pelo lago de Itaipu, em nome da sua construção entre 1975-1982. O desaparecimento das Setes Quedas, no município de Guaíra, foi um dos maiores crimes ecológicos já cometidos neste país causando grandes prejuízos não só para a natureza, como também para as comunidades que ali viviam (ibidem).

Ao longo dos anos o município aproveitou sua geolocalização ambiental para transformar boa parte de suas belezas naturais em atividades comerciais, através do desenvolvimento do ecoturismo e exploração do turismo de consumo e importação na fronteira com o Paraguai e a Argentina. Como também no desenvolvimento da indústria de energia elétrica com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu (UHI). Este processo desregrado de desenvolvimento econômico trouxe consequências significativas do ponto de vista social, deixando um legado de violência e miséria, como por exemplo, o trabalho clandestino de alto risco que as pessoas enfrentam para passar as mercadorias na fronteira e fugir da fiscalização, várias famílias que tiveram de sair de suas casas com o alagamento da região na formação do lago e alto índice de desempregados/as após a inauguração de Itaipu (1984), visto que grande parte não foram absorvidos/as pela própria empresa e nem pelo mercado de trabalho de Foz do Iguaçu na época. São problemas sérios que não contavam ainda com o devido respaldo de políticas públicas na área da assistência social, que só chegou de fato ao município mais de vinte anos depois, em 2005 com a implementação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) e 2008 com a inauguração dos primeiros CRAS. Deste modo, traçamos como objeto de estudo a Territorialização das Políticas Públicas em Foz do Iguaçu no âmbito da proteção social básica, com foco no CRAS Norte como estudo de caso.

Na proteção social básica o objetivo é fomentar ações de caráter preventivo e protetivo direcionadas para o fortalecimento dos vínculos familiares e

comunitários. Na proteção especial, o atendimento é realizado pelo Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) quando já foi constatada a violação de direitos, como por exemplo: situação de abandono, negligência, violência intrafamiliar, trabalho infantil, entre outros; cujo o objetivo é promover a reconstrução dos vínculos familiares e comunitários. (MDS, 2004).

O CRAS surgiu a partir da efetivação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004, que preconiza a implementação dos serviços de proteção social básica diretamente nos territórios que apresentam população de baixa renda.

O CRAS caracteriza-se como um equipamento público municipal, de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade e risco social, destinado a articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e a prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias, conforme reza o artigo 6º da lei Nº 12.435/2011, a lei do SUAS.

De acordo com a PNAS 2004, a proteção social básica visa proteger as famílias situadas na área da abrangência do CRAS através da prevenção de risco e vulnerabilidade social, como por exemplo os diversos tipos de violência e situações de pobreza no território, bem como ajudá-las no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Para tanto, é responsável pela oferta do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), o qual tem o objetivo de proporcionar a melhoria da qualidade de vida das famílias, através do planejamento de ações preventivas, protetivas e proativas (MDS, 2004). Tais ações visam assegurar o desenvolvimento da autonomia por meio do acolhimento de diversas demandas e necessidades das famílias, como por exemplo, o direito a benefícios sociais, a receber orientações e encaminhamentos para emprego, a participar de projetos de qualificação profissional, garantir o acesso a serviços socioeducativos para crianças e adolescentes, serviços de convivência para idosos, entre outros. (MDS, 2004).

De 2005 a 2009, tivemos oportunidade de vivenciar na nossa trajetória de trabalho no CRAS, em Belo Horizonte, a execução de todas estas ações. Sabemos na prática a repercussão dos seus efeitos positivos no cotidiano das famílias no território, e o quanto a estruturação de uma política pública da envergadura do CRAS é necessária na promoção do bem-estar social. Em 2017, já morando em Foz do Iguaçu, tivemos oportunidade de transitar nas imediações do

bairro Cidade Nova e Vila A, e a presença do equipamento no caminho passou a chamar atenção. O isolamento do CRAS Norte no território, com pouca presença de casas e equipamentos públicos perto, despertou o questionamento: o território proposto para a abrangência do CRAS Norte está conseguindo garantir a referência da proteção social básica à população?

Nosso objetivo geral, portanto, foi obter informações dos efeitos da extensão do território do CRAS Norte causados no fluxo de atendimento socioassistencial às famílias de sua área de abrangência. Conseguimos com a pesquisa compreender que a dinâmica do atendimento do CRAS contempla mais as famílias que moram nos bairros próximos à sede física. Ainda, foi possível identificar como as famílias da área de abrangência do CRAS Norte estão distribuídas no território. A maioria das famílias cadastradas se localizam no Cidade Nova mesmo bairro onde está o equipamento correspondendo a 35% do total, ou seja, as famílias das localidades mais distantes não conseguem acessar o CRAS, ao contrário daquelas que possuem maior proximidade, mostrando que este é um fator importante para a realização do acompanhamento socioassistencial.

Com relação ao percurso metodológico procuramos articular a teoria com a observação da realidade, visto que a “a reflexão fenomenológica é enriquecedora pois, à medida que procura captar o essencial, o pesquisador evitará o parcelamento da pesquisa e a atomização dos dados” (Gil, 1994, p.34). Deve-se destacar que a natureza da pesquisa é qualitativa, já que está baseada no método observacional e descritivo, devido ao caráter exploratório empregado e por conta do objetivo de levantar informações, opiniões, atitudes de uma dada população (Gil, 1994). Para tanto, as técnicas utilizadas para a coleta de dados foram a observação simples e as entrevistas informais semiestruturadas. Na visão de Antônio Carlos Gil a observação simples “é muito apropriada para o estudo das condutas mais manifestas das pessoas na vida social, tais como: de convivência social, de frequência a lugares públicos, etc.” (ibidem, p. 106). Utilizamos bastante a observação simples na realização das entrevistas, nos locais das visitas de campo, sempre de posse do diário de campo para registro dos eventos, que foram incrementados com fotos do momento.

O CRAS Norte possui uma extensa área de abrangência, que inclui

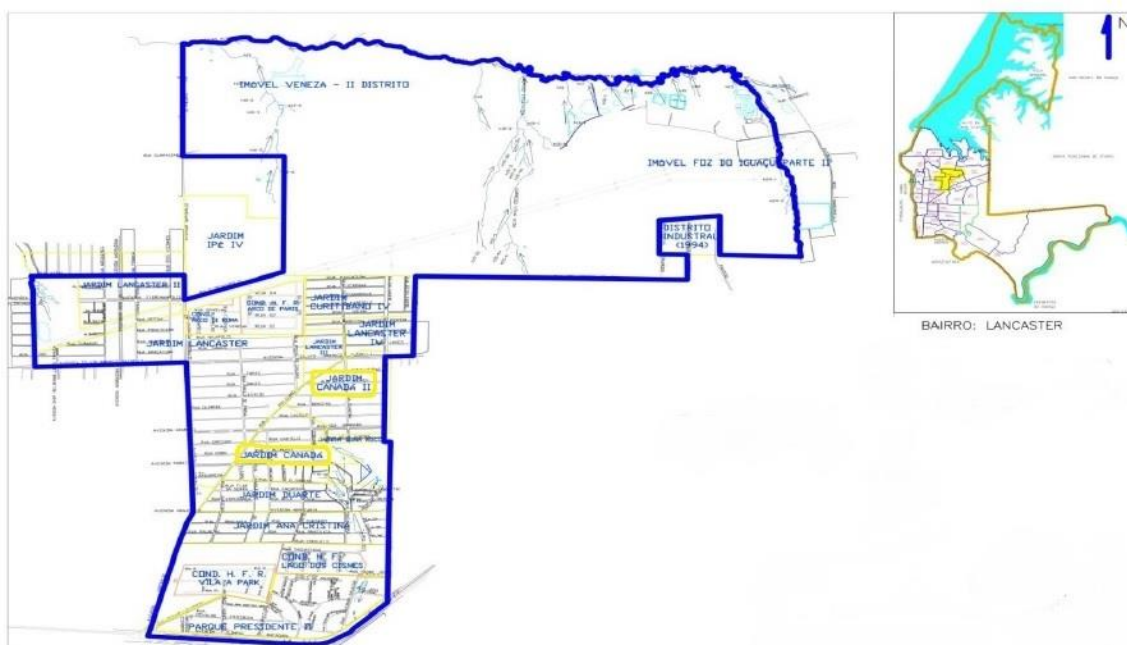
aproximadamente 83¹ bairros da região norte e cerca de seis mil famílias cadastradas. Dada a impossibilidade de trabalhar numa região tão vasta, priorizamos o Jardim Canadá que pertence ao bairro Lancaster, em função da grande distância geográfica com relação ao equipamento e das dificuldades de acessibilidade, juntamente por inferir que este seria um dos bairros com menor penetração do CRAS. Foram realizadas seis visitas na sede do CRAS Norte, no período de abril de 2018 a dezembro de 2019, onde entrevistamos quatro coordenadoras² com o intuito de colher informações da rotina de trabalho da equipe do CRAS Norte. Ao mesmo tempo, visitamos o Jardim Canadá com o objetivo de conhecer o território e conversar com algumas famílias, no período de novembro de 2019 a janeiro de 2020. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, previamente agendadas, com cinco famílias. Em todas as entrevistas, tanto às coordenadoras do CRAS quanto às famílias, foram preservadas a identidade das pessoas através de nomes fictícios. Segue abaixo o mapa nº 1 mostrando o bairro Lancaster, no qual pertence o Jardim Canadá.

Mapa1- Mapa do bairro Lancaster, com a representação do Jd. Canadá.

¹ A lei 303/2018 aprovada em dezembro de 2018 pelo prefeito Chico Brasileiro altera limites e nomes dos bairros da cidade de Foz do Iguaçu. Todos bairros do território norte foram incorporados a 10 bairros principais e passaram a ser representados da seguinte forma: Cidade Nova, Itaipu Binacional, Itaipu C, Polo Universitário, Itaipu A, Itaipu B, Porto Belo, Lancaster, KLP e Ipê.

² Em 1ano e meio o CRAS Norte trocou a coordenação geral quatro vezes dificultando o andamento do presente trabalho, principalmente no desenvolvimento da continuidade do cronograma de campo que sofreu vários ajustes para se adaptar às mudanças. Tal fato também indica dificuldades de continuidade dos trabalhos socioassistenciais a serem desenvolvidos com as famílias do território fragilizando a formação dos vínculos comunitários.

BAIRRO LANCASTER



Fonte: DOU nº 3.496 da PMFI - dezembro de 2018.

O bairro Jardim Canadá, em destaque no mapa acima, é uma ocupação da década de 1980 (Ribeiro, 2015) localizada às margens do rio Boicy, que corre o risco de enchentes em períodos de chuva. Um córrego, com esgoto a céu aberto, atravessa o território exalando um cheiro desagradável, tornando suas margens insalubres, o que não impediu a construção de moradias. Entre 2005 e 2006 tinham 190 famílias vivendo no local. Pelo CRAS Norte, de acordo com as informações que colhemos do cadastro geral de famílias, em abril de 2019 eram 268 famílias no bairro.

Antes da pesquisa de campo junto às famílias em suas casas, foi realizado um planejamento prévio em conjunto com a coordenadora do CRAS e a psicóloga que conhece o território e às famílias do Jardim Canadá. Em um primeiro momento, acordamos em fazer uma visita exploratória no território, pois a coordenadora, recém-chegada ao CRAS Norte, também queria conhecer a região. Marcamos no dia em que acontece a oficina de convivência que o CRAS executa em parceria com o Centro de Atenção Integral ao Adolescente (CAIA), para crianças e adolescentes de 6 a 17 anos. O encontro realizado com os pais, mães e/ou responsáveis pelas crianças que participam do CAIA Canadá, ocorreu no dia 12/12/19, às 14h00. Foram mobilizadas um total de 75 famílias para participarem de uma conversa com o CRAS Norte e parceiro, com o objetivo de apresentar os

serviços ofertados pelo CRAS e também a presente pesquisa, tanto para a comunidade quanto para os educadores e educadoras sociais.

Sugerimos como intervenção o grupo socioeducativo (GSE), um recurso muito utilizado na nossa trajetória de trabalho social com famílias, quando técnica do CRAS São José em Belo Horizonte. Convém destacar que em 2007 a Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social (SMAAS) da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, publicou um livro com metodologias de trabalho com famílias e grupos, fruto da pesquisa ao longo de três anos sobre as intervenções utilizadas na época com às famílias dos CRAS da capital mineira. O objetivo do GSE é

O Grupo Sócio Educativo (GSE) trabalhará temas básicos e de interesse comum das famílias, levando a informação em busca de caminhos para que as famílias possam ter elementos para ajudar na superação de problemas, além de mobilizá-las para ações de âmbito mais geral da comunidade. Poderá se constituir em um espaço de discussão de potencialidades e projetos mais amplos das famílias, articulado com o trabalho comunitário. (Minas Gerais, 2007, p. 33).

O GSE é um grupo aberto e rotativo, podendo durar até 2 horas, com limite máximo de 50 participantes e tem a proposta de ser contínuo, ou seja, com realização mensal ou bimestral. Funciona de modo a aproximar às famílias do CRAS para discutir temas gerais, gerar conhecimento e fazer a informação circular no território. Desse modo, a proposta do GSE foi decidida em conjunto com a equipe do CRAS Norte, cujo propósito foi verificar se as famílias conheciam o CRAS Norte e ao mesmo tempo abrir um espaço de conversa entre a comunidade e a equipe. Aproveitamos esta oportunidade para trocar experiências e informações com a equipe sobre metodologias de trabalho social com famílias, as quais ainda não foram incorporadas ao trabalho do CRAS.

O GSE ocorreu no galpão da Associação de Moradores do bairro Jardim Canadá, após a finalização da oficina de convivência do CAIA com as crianças e adolescentes. Mesmo com a gravação realizada, mediante autorização prévia dos/as participantes, os ruídos internos e externos abafaram as falas, permanecendo, portanto, para a análise das informações, os registros escritos da equipe do CRAS e do diário de campo.

Neste dia do GSE, escolhemos sete pessoas para realizarmos as entrevistas individuais posteriormente. Estivemos três dias no bairro Jardim Canadá, realizando entrevistas em profundidade. Visitamos as casas das

entrevistadas para conhecer melhor a realidade de cada uma. Conseguimos entrevistar cinco pessoas no mês de janeiro de 2020, uma não respondeu ao nosso contato e uma não pôde fazer a entrevista no dia marcado, porque estava passando mal.

Quanto ao perfil das entrevistadas, nossa **primeira entrevista foi com Adriana** de 35 anos, que mora no bairro Jardim Canadá há cinco anos, em uma residência de madeirite construída em cima do córrego, com três cômodos onde vivem nove pessoas ao todo. Além dela, o marido e os cinco filhos, também moram seu pai de 60 anos e o enteado de 17 anos. **A segunda entrevistada foi Berenice** de 24 anos, que mora no bairro Jardim Canadá também há cinco anos, em uma residência de madeirite com quatro cômodos onde vivem cinco pessoas ao todo: ela, o companheiro e os três filhos.

A terceira entrevista foi com Célia de 32 anos, é a mais recente no bairro, mora lá há três anos, em uma casa de madeirite. Com Célia mora o filho de 14 anos somente. A outra filha de 16 anos está grávida, e mora com o companheiro em outra residência no Jardim Canadá também. Antes de chegar no bairro, sua família morava no Paraguai, onde ainda vive o pai de seus filhos. Célia nasceu em Foz do Iguaçu, mas viveu no Paraguai. **Dora foi a quarta entrevistada**, tem 32 anos, mora há sete anos no bairro Jardim Canadá, numa casa de madeirite bem próxima ao córrego onde passa o esgoto e tem lixo acumulado. Moram com ela, o marido e mais cinco filhos. **A última entrevistada foi Elenice**, de 23 anos, a mais antiga no bairro, chegou no Jardim Canadá ainda uma menina, há mais de dez anos. Hoje ela mora em uma casa de alvenaria de três cômodos, com quintal externo na frente da casa com muita quantidade de lixo acumulada. Com Elenice mora o companheiro e mais quatro filhos

Os dados coletados nas entrevistas com as famílias do bairro Jardim Canadá, foram analisados conforme orientação de Laurence Bardin, desenvolvida em seu trabalho *Análise de Conteúdo*, de 1977. A professora de psicologia propõe organizar os dados em três fases cronológicas: a pré-análise, a exploração do material e por fim o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. A grosso modo, a primeira é a fase de definição e sistematização dos temas encontrados nos relatos, determinando os seus indicadores através de recortes de frases significativas. A segunda fase é mais trabalhosa, em que os temas anteriormente levantados serão identificados como unidades de registro e

depois codificados para categorização. Por último, Bardin descreve a etapa do tratamento dos resultados como o momento para interpretar os indicadores encontrados nos discursos, os quais podem revelar realidades subjacentes, símbolos, valores, entre outros.

Nesta lógica, elaboramos um quadro para ilustrar as etapas da metodologia proposta por Bardin (1977). Começamos com as unidades de registros relacionadas ao trabalho do CRAS como: acesso, serviços procurados, atendimento, identificação e vulnerabilidade, que estão identificadas com frases importantes dos relatos colhidos. Na sequência estabelecemos as respectivas categorias de análise, quais sejam: formas de acesso, tipos de serviço, nível de satisfação, conhecimento sobre o CRAS Norte e tipos de vulnerabilidades. A título de organização das informações coletadas, demonstraremos separadamente como foi produzido todo o processo da análise de conteúdo de cada tema. Optamos por transcrever as falas de modo fidedigno à expressão das entrevistadas, a fim de preservar o contexto sociocultural.

A análise do CRAS no território é amparada por uma compreensão de política pública conforme preconizada por Koga (2016), Laisner e Pavarina (2013) e Nascimento e Melazzo (2013), que estabelecem a articulação dos padrões técnicos e geoestatísticos da análise do território em consonância com a valorização da subjetividade e o modo de apropriação dos sujeitos e sujeitas que nele construíram suas vidas. A configuração de uma política pública de base territorial, nesta perspectiva, considera o território como espaço de vivência, de investimento de trabalho, e que não deve servir de anexo político administrativo da máquina estatal, mas sim para dar visibilidade e oportunidade aos e às que ocupam.

Em adição Sposati (2018), Behring e Boschetti (2011), Ribeiro (2011) e Oliveira (2011) defendem o SUAS e o CRAS, enquanto uma política pública que viabiliza os direitos sociais aos cidadãos e cidadãs, rompendo com a lógica do assistencialismo dogmático direcionado às pessoas carentes. Também foi realizado um levantamento da legislação da assistência social nos níveis federal, estadual e municipal e os planos municipais e diagnósticos econômicos e socioterritoriais de Foz do Iguaçu. Não foram localizados registros da inauguração do CRAS Norte e nem um mapa do território de abrangência. Nesse caso, com o intuito de colaborar com o desenvolvimento das políticas públicas no município, elaboramos um mapa para ser utilizado pelo CRAS.

Finalmente, para dar conta de toda essa reflexão, dividimos a dissertação em dois capítulos. No capítulo: **A política de assistência social no Brasil: do contexto nacional a Foz do Iguaçu** é apresentado um breve histórico da política de assistência social no Brasil, a partir da Constituição Federal de 1988, marco normativo que regulamenta o tripé da seguridade social: as políticas de saúde, previdência social e de assistência social. Junto com a saúde e a previdência social, a assistência social também é responsável pela universalização da proteção social no que tange a sua especificidade enquanto provedora dos direitos socioassistenciais. Cabe ao Estado garantir uma política pública de acesso a esses direitos, deixando más práticas do damismo, da benemerência e barganha política no passado. A Constituição Federal de 1988 foi a incubadora para leis importantes da assistência social, como a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) de 1993, a PNAS de 2004 e do SUAS de 2005. Nesse mesmo capítulo no subitem: **O SUAS em Foz do Iguaçu**, debatemos sobre a implantação do SUAS em Foz do Iguaçu em 2005, paralelamente às transformações econômicas e sociais que a cidade sofreu, principalmente com os impactos, de variadas ordens, com o advento da construção e inauguração da Usina Hidrelétrica de Itaipu (1984).

O segundo capítulo: **Descentralizar para territorializar**, trata como a descentralização política administrativa e o processo de territorialização são incorporados como eixo estruturante do trabalho do CRAS, bem como abordamos como as principais leis da assistência social interpretam o conceito de território e seu significado para a condução da gestão da política de assistência. No subitem: **As particularidades do processo de territorialização do CRAS Norte**, tratamos das especificidades do território do CRAS Norte, bem como a vivência das famílias do Jd. Canadá relacionadas às questões sobre o modo como acessam o equipamento, a qualidade do atendimento, os serviços mais procurados, o reconhecimento do CRAS e as principais vulnerabilidades que identificamos no contato com as famílias.

No encontro com os moradores e moradoras do Jd. Canadá constatamos que as dificuldades apontadas em relação a distância entre CRAS Norte e o bairro Jardim Canadá, foram devido à falta de opção de transporte público que circula no território, deslocando mais a pé e em grupo. Todos conheciam o CRAS Norte e os serviços mais procurados em geral são relacionados aos benefícios como bolsa família, cesta básica, CADÚNICO e retirada de documentos.

Alguns reclamaram da qualidade do atendimento queixando do acolhimento da recepção, e da possibilidade de perderem a viagem e voltar para casa sem atendimento, seja por falta de senha ou quando o sistema do CADÚNICO cai a conexão e fica fora do ar. Percebemos também muitas dúvidas quanto à rotina de atendimento no CRAS Norte, como por exemplo, a forma e a quantidade de senhas distribuídas por dia.

No final, a partir dos fatos que observamos e que orientaram cada etapa do desenvolvimento da pesquisa, principalmente em campo, quando entramos em contato com a realidade prática do desenvolvimento da política de assistência social em Foz do Iguaçu. Concluímos que o modo como o território do CRAS Norte vem sendo trabalhado ainda está destoante do que está preconizado nas principais leis que direcionam a política de assistência social, por uma série de fatores que perpassam desde questões relacionadas a alta rotatividade de recursos humanos até a falta de infraestrutura para realizar o acompanhamento socioassistencial. Averiguamos também que o enfrentamento de um contexto social como o de Foz de Iguaçu, marcado pelos problemas de autoritarismo, desigualdade social e as idiossincrasias de fronteira representam obstáculos difíceis de transpor na execução de uma política pública de acordo com os parâmetros da lei.

Nos anexos estão as listagens dos bairros que compõem o território de abrangência do CRAS Norte e seus respectivos mapas representados, bem como a cartilha do CRAS Norte e a amostra do convite do GSE entregue às famílias do Jardim Canadá. Nos apêndices, apresentamos na íntegra as entrevistas realizadas acompanhadas respectivamente com as análises de conteúdo.

Desta forma, a exposição da presente pesquisa é fruto desse processo de aproximação dos atores sociais que constroem a política de assistencial social em Foz do Iguaçu. Sobretudo, os atores da ponta que experimentam o território onde a vida material acontece na sua concretude.

A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: do contexto nacional a Foz do Iguaçu

A Constituição Federal de 1988 representa para a assistência social a principal lei que começa a viabilizar a mudança da realidade social brasileira. No período anterior à Constituição, a assistência social não era considerada um direito dos cidadãos e cidadãs, sendo caracterizada principalmente por ações de caridade da igreja católica.

Esta perspectiva filantrópica extrapolou para a política através do primeiro-damismo no início da década de 40. Encabeçado por Darcy Vargas, esposa de Getúlio Vargas, o primeiro-damismo fomentou a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA), em 1942, a princípio para ajudar as famílias dos soldados enviados à Segunda Guerra Mundial. De acordo com Iraildes Caldas Torres:

Nesse caso específico do nascedouro do primeiro-damismo, há uma motivação política: o Estado brasileiro vê-se obrigado a forjar estratégias de enfrentamento dos problemas sociais que assumem sérios contornos nesse período da Segunda Guerra. Na verdade, o Estado lança mão dos valores femininos para sensibilizar a sociedade a intervir na chamada “questão social”, dando impulso ao espírito filantrópico a partir de uma prática assistencialista, que marcaria a face da ação das primeiras damas no Brasil. Foi assim que as atividades de filantropia/assistencialismo acabam determinando a identidade social das primeiras-damas, fato que parece difícil depurar-se, posto que se encontra arraigado ao imaginário social das classes subalternas. (Torres, 2002, p.40).

Como fortes contornos patriarcais que estabelecem o lugar das mulheres e definem os “valores femininos”, o assistencialismo como argumento de dominação-manipulação política ganhou força com as primeiras-damas guiadas pelos seus maridos presidentes. Isto permitiu que a tomada de poder das questões sociais privilegiasse a elite, que passou a ter o domínio do cenário social do Brasil. Consequentemente, tal condição reforçou cada vez mais a posição de “pedinte” das camadas mais desfavorecidas socioeconomicamente, principalmente as mulheres, indígenas, pessoas analfabetas e população negra, as quais não tinham meios para reivindicar direitos básicos como saúde e assistência social. Ao mesmo tempo, reforçou o lugar de subordinação dessa população, pautada principalmente na diferença de classe, gênero e raça.

A ajuda pode ser um meio de seduzir o outro a ficar subordinado, sentir-se

fraco, dependente de um favor e agradecido, tendo um débito a saldar com o doador ou a sociedade – quiçá divina ou política – enquanto protagoniza o processo de ajuda. A noção de ajuda não é fundada na igualdade e, sim, na diferença, em geral de classe, - um tem o que o outro não tem – e com isto pode facilmente tornar-se prepotência e sujeição. (BRASIL, 2013, p.32).

A população brasileira ávida na luta por direitos e saturada do controle excessivo dos governos de Vargas (1930-1945 / 1951-1954), Juscelino Kubitschek (1956-1961), João Goulart (1961-1964) e dos 21 anos de ditadura empresarial-militar (1964-1985), se articula pela redemocratização do Brasil e pelas reformas sociais, visto que nas décadas de 1960/70, a assistência social era vista como “prática de ações pontuais, seletivas, emergenciais e não como política com propostas a curto, médio e longo prazo, para combater a exclusão e atuar nas múltiplas causas estruturais geradoras da pobreza”. (Ribeiro, 2011, p.47).

A pressão provocada pelos movimentos sociais, sobretudo a partir dos anos 1970 gerou resultado mais significativo com o processo constituinte, que culminou na Constituição Cidadã de 1988, e com retomada de eleição por meio do voto direto para presidente da república, que elegeu, em 1989, Fernando Collor de Mello.

Em decorrência de toda esta conjuntura de organização e reivindicação da população brasileira é que foi possível materializar a Constituição Federal numa perspectiva, de modo geral, bastante progressista. Foram necessárias várias lutas da sociedade brasileira em diferentes segmentos como por exemplo, grupos organizados de mulheres, das pessoas negras, comunidade indígena, pessoas com deficiência e LGBTs, para conseguir espaço na formulação do texto e assegurar igualdade de direitos e condições adequadas de sobrevivência independente de raça, cor, gênero e sexualidade (CNTS, 2018).

Como resultado de diversas reuniões, debates públicos, manifestações e comícios, vários direitos foram contemplados no texto, como por exemplo, proibição da discriminação no mercado de trabalho, demarcação dos territórios indígenas e quilombolas, garantia de trabalho e acessibilidade para a pessoa com deficiência, defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, entre outros (Ibidem). De acordo com as professoras de serviço social Elaine Rossetti Behring e Ivanete Boschetti (2011) esses movimentos populares de redemocratização estavam pautados pelos princípios da universalização,

responsabilidade pública e gestão democrática das políticas públicas.

Daí decorre, por exemplo, a introdução do conceito de seguridade social, articulando as políticas de previdência, saúde e assistência social, e dos direitos a elas vinculados, a exemplo do Benefício de Prestação Continuada (BPC) para idosos e pessoas com deficiência (...) e a instituição de um ciclo orçamentário que passa a comportar um orçamento da seguridade social. (Ibidem, p. 144).

Diante disso, são criadas as bases que consolidam a assistência social como um direito de cidadãos e cidadãs e dever do Estado, configurando-se um dos pilares da seguridade social juntamente com a saúde e a previdência social. Consequentemente, a assistência social sai do padrão da prática social baseada no ato de vontade, rompendo e passa para o campo de proteção social enquanto garantia de direitos universal. **A seguridade social** está garantida pelo artigo 194 da Constituição Federal de 88, assim escrita:

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.
Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:
I – universalidade da cobertura e do atendimento;
II – uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
III – seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;
IV – irredutibilidade do valor dos benefícios; V – equidade na forma de participação no custeio;
VI – diversidade da base de financiamento, identificando-se, em rubricas contábeis específicas para cada área, as receitas e as despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservado o caráter contributivo da previdência social.

É dever do Estado, portanto, fomentar de modo universal a saúde, assistência social e previdência social, no mesmo plano de política social suprimindo as necessidades comuns da população brasileira. Tais condições proporcionaram maior legitimidade e valorização da assistência social enquanto política social. Nessa perspectiva da garantia de direitos na cobertura das políticas sociais, vale destacar os princípios que respaldaram o caráter da proteção social universal da assistência social. São eles: o princípio da universalidade da cobertura, da seletividade e da distributividade, e a irredutibilidade do valor dos benefícios de prestação continuada (BPC) respeitando o valor do salário mínimo vigente. Em complementação, os artigos 203 e 204 da definem a **política de assistência social**:

Art.203 A Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

- I- a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II- o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III- a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV- a habilitação e a reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V- a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Art.204 As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art.195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

- I– descentralização político administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;
- II– participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

Com isso, o acesso aos direitos socioassistenciais torna-se universal e independe do custeio individual, pois não está fundamentado nas relações de compra e venda da sociedade de mercado. Tanto na seguridade social quanto na assistência social a responsabilidade social está dirigida “ao direito à proteção social fundado na cidadania, e não como paralelo ao direito trabalhista” (BRASIL, 2013, p. 33), alterando radicalmente o modelo anterior que vinculava os direitos sociais, inclusive à saúde, ao emprego formal. Em outras palavras, a característica principal da proteção social na assistência não está vinculada ao poder de compra/consumo do indivíduo ou à sua condição de trabalho, mas sim na preocupação em garantir o acesso a direitos a todos e todas. Com isso, a universalidade na cobertura do financiamento exige uma outra organização do Estado do **ponto de vista orçamentário**, o que foi contemplado pelo artigo 195 da CF88:

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

- I – do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre: (Redação dada pela EC n. 20/1998)
 - a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício; (Incluída pela EC n. 20/1998)

b) a receita ou o faturamento; (Incluída pela EC n. 20/1998)

c) o lucro; (Incluída pela EC n. 20/1998)

II – do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, podendo ser adotadas alíquotas progressivas de acordo com o valor do salário de contribuição, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social; (Redação dada pela EC n. 103/2019)

III – sobre a receita de concursos de prognósticos;

IV – do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar. (Incluído pela EC n. 42/2003).

No geral, as principais fontes de financiamento para suprir a ampliação de sua cobertura são as receitas da união, receitas das contribuições sociais e receitas de outras fontes. Assim, a caracterização de Behring e Boschetti é esclarecedora quanto às implicações dessa diversidade de financiamento, principalmente porque “as contribuições dos empregadores não devem ser mais baseadas somente sobre a folha de salários, elas devem incidir sobre o faturamento e o lucro, de modo a tornar o financiamento mais redistributivo e progressivo” (2011, p.157). Ainda de acordo com as autoras, isto significa uma estratégia de arrecadação como forma de compensar a redução de mão-de-obra pelo investimento em tecnologia. Por outro lado, o aumento de desempregados e desempregadas pressiona o governo, no âmbito federal, estadual e municipal, a repassar verba para o orçamento da seguridade social, forçando o Estado Nacional a apropriar-se do problema da desigualdade social e passar a ser o principal provedor de soluções no combate à pobreza.

Apesar do desenho audacioso e promissor proposto pela CF88, ao longo dos cinco anos seguintes à sua aprovação, pouca coisa avançou na área social. De acordo com o professor Vicente de Paula Faleiros,

o governo Sarney (1985-1989) desmantelou as políticas sociais; na gestão de Fernando Collor de Mello (1990-1992) o esquema de corrupção, que culminou no seu *impeachment*, deixou a área social submetida ao processo de monetização e somente na posse do seu vice, Itamar Franco em 1993, houve a aprovação da LOAS (2009, p. 206).

No governo Collor principalmente, os preceitos da seguridade social aprovadas pela CF de 88 notadamente quanto aos benefícios voltados para os idosos e ratificados pela lei previdenciária, Lei nº 8.213 de junho de 1991, passou a sofrer alterações e cortes. Somente com a intervenção de Itamar Franco em 1993, com a aprovação da LOAS que torna o dever do Estado prover os mínimos sociais

implementados por meio de benefícios continuados para idosos e portadores de deficiência (Ibidem).

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), aprovada em 1993, tem o objetivo de regulamentar a assistência social enquanto direito dos cidadãos e cidadãs e dever do Estado e garantir a continuidade do pagamento do BPC conforme estabelecido na CF de 88. Também foi criado em 1993, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) que é um órgão de caráter paritário, deliberativo e regulamentador da política de assistência social. Dentre as diretrizes propostas na LOAS, destacam-se: (1) a descentralização política-administrativa para os Estados, Distritos e Municípios; (2) comando único das ações em cada esfera de governo; e (3) participação da população na formulação das políticas e no controle das ações. (Ribeiro, 2011, p.47).

No entanto, mesmo após a aprovação da LOAS, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) a sua implementação não foi uma prioridade. Neste mandato as políticas de direitos sociais não entraram na agenda política permanecendo à margem do desenvolvimento econômico de cunho neoliberal, o qual priorizou as privatizações, as relações de mercado e privilegiou grandes empresários, em detrimento do desenvolvimento social (Faleiros, 2011). Dessa forma, de 1993 até 1996 mais precisamente, as ações da assistência social ainda estavam voltadas para o pagamento do benefício mensal no valor de um salário mínimo destinados a idosos acima de 65 anos e pessoas com deficiência. Tais medidas foram claramente insuficientes para combater de fato o problema da pobreza e da desigualdade social e tampouco fomentaram as diretrizes da assistência social enquanto política pública.

Em 1997 o CNAS aprova a primeira Norma Operacional Básica (NOB) com o intuito de ajustar as falhas no processo de gestão e implementação da política da assistência social. As determinações da NOB tratavam do processo de descentralização político-administrativo nas três esferas de governo no campo da política de assistência social, da sistemática operacional para financiamento das ações de assistência social, de instituir a “comissão tripartite, de caráter consultivo, com representantes dos três níveis de governo, para discutir e pactuar acerca dos aspectos relativos à gestão da política” (MDS, 2005, p.82). No ano seguinte, é aprovada a segunda NOB, chamada “Norma Operacional Básica da Assistência Social: Avançando para a construção do Sistema Descentralizado e Participativo da

Assistência Social”. Neste documento está detalhada a criação dos espaços de pactuação, as Comissões Intergestores Tripartite e Bipartite, que passaram a ter caráter deliberativo no âmbito operacional na gestão da política (Ibidem). O intuito é fomentar a corresponsabilidade da gestão da assistência social entre os entes federados, estados e municípios, bem como a “definição de mecanismos e critério transparentes de partilha e transferência de recursos do fundo nacional da assistência social (FNAS) para os fundos estaduais, do Distrito Federal e Municipais de Assistência Social” (MDS, 2005, pág. 83). As duas NOBs dos anos 1990 foram fundamentais para embasar a criação da NOB de 2005, considerada a principal e a mais importante que irá orientar de fato a organização da gestão da política de assistência social na década seguinte, quase vinte anos depois de aprovado o texto constitucional.

Em 2003, já na gestão de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), ocorre a IV Conferência Nacional de Assistência Social sobre a “Assistência Social como Política de Inclusão: uma Nova Agenda para a Cidadania – LOAS 10 anos”, cujo resultado das deliberações origina a Política Nacional de Assistência Social. Com a promulgação da PNAS em 2004 foi garantida a assistência social como lei da seguridade social. No mesmo ano foi criado o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), com o intuito de fortalecer o planejamento e a gestão governamental na área da proteção social.

A PNAS constrói a política da assistência levando em consideração “três vertentes de proteção social: as pessoas, as suas circunstâncias e dentre elas seu núcleo de apoio primeiro, isto é, a família” (MDS, 2004, p. 15). Desta forma, fica claro o público alvo, no que tange principalmente na implementação dos critérios dos benefícios de transferência de renda e quanto a responsabilidade do CRAS pela oferta do PAIF. Entretanto, não especifica como deve ser realizada a intervenção no grupo familiar, isto é, qual a metodologia adequada para alcançar os objetivos de superação dos riscos e vulnerabilidades. Contudo, a PNAS trouxe várias inovações no papel do Estado no âmbito da seguridade social como por exemplo:

- **Caracterização da proteção social em básica e especial:** na proteção básica o foco é no desenvolvimento de ações preventivas e inclusivas, com o objetivo de fortalecer os vínculos familiares e comunitários. No caso da proteção especial, o atendimento é realizado quando já foi constatada a incidência de situações de risco

e violações de direitos recorrentes que comprometem a integridade dos membros familiares.

- **Matricialidade sociofamiliar:** o Estado não irá focar somente no indivíduo, mas passará a enxergá-lo dentro do próprio contexto familiar³. O acompanhamento familiar torna-se importante para procurar compreender como seus membros se relacionam entre si e com a sociedade. O Estado atuará como mediador desta relação, esclarecendo os direitos e deveres de seus membros.
- **Intersetorialidade:** promover a articulação das intervenções frente os problemas sociais a partir do diálogo com outras políticas públicas como, educação, saúde, infraestrutura, etc. Desta forma, o enfrentamento da desigualdade social não fica só na responsabilidade da assistência social, mas de todas as áreas e ministérios do governo em geral.
- **Territorialidade:** os serviços de proteção social básica serão executados a partir da implementação dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), instalados diretamente nos territórios que apresentam população de baixa renda.

O CRAS é o equipamento capaz de garantir a realização da política de assistência social no território. Localizado em áreas de vulnerabilidade social, cabe ao CRAS executar serviços de proteção social básica, organizar e coordenar a rede de serviços socioassistenciais locais da política de assistência social. Isto significa que o “CRAS atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando a orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário” (MDS, 2004, p. 35). Neste sentido, a sua proximidade com a moradia dos usuários e usuárias demarca um modelo de atendimento social diretamente atrelado à regulação territorial, estabelecendo, os critérios de ordenação aos direitos socioassistenciais. O objetivo é facilitar o manejo da própria política levando em consideração as características socioterritoriais, como também realizar o acompanhamento das famílias referenciadas *in loco*.

Esta lógica do território como base de organização serve de estrutura para a descentralização político-administrativa, que se concretiza na

³ Para a PNAS 2004 a concepção de família é equivalente a condição de sujeito de direitos consoante a CF de 88, ao Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, a LOAS de 1993 e o Estatuto do Idoso de 2003. Ainda complementa o conceito de família como um “conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e, ou, de solidariedade”. (MDS, 2004, p. 41).

medida que a equipe do CRAS realiza os cadastros das famílias referenciadas e passa a conhecê-las. Desse modo, as famílias começam a frequentar o serviço e a compreender melhor quais são seus direitos e deveres socioassistenciais e como podem fazer para garanti-los.

De acordo com a PNAS 2004 existem indicadores que são utilizados como referências para o diagnóstico na categorização do território para que o CRAS seja implementado, quais sejam: (1) **o tamanho dos municípios brasileiros**, conforme registrado pelo IBGE; (2) os dados do **mapa da exclusão/inclusão** fornecidos pela PUC/SP em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE); e (3) **os mapas de vulnerabilidade social** desenvolvido pelo Centro de Estudos da Metrópole vinculado ao Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). Com isso, o geoprocessamento dos indicadores socioterritoriais, principalmente os dados demográficos fornecidos pelo IBGE, são instrumentos importantes no diagnóstico e no acompanhamento da gestão da política de assistência social.

Dessa forma, a PNAS 2004 associa a estruturação do CRAS conforme o porte do município, com relação à sua população: no de **pequeno porte I**, com até 20 mil habitantes, terá no mínimo 01 CRAS para até 2.500 famílias referenciadas; para o de **pequeno porte II** quando a população varia de 20.001 a 50 mil habitantes, o município deve ter o mínimo de 01 CRAS para até 3,5 mil famílias referenciadas; de **médio porte** são aqueles municípios em que a população está entre 50.001 a 100 mil habitantes e o mínimo é ter 02 CRAS, cada um para até 5 mil famílias referenciadas; o município de **grande porte**, no qual a população é de 101 mil até 900 mil habitantes, deve ter no mínimo 04 CRAS, cada um para até 5 mil famílias referenciadas; e pôr fim **a metrópole**, isto é, o município com mais de 900 mil habitantes, deve ter pelo menos 08 CRAS, cada um para até 5 mil famílias referenciadas. (MDS, 2004, p. 45-46 e 100).

No caso de Foz do Iguaçu, um município de porte grande na classificação da PNAS, é recomendável a implantação de no mínimo 04 CRAS, cada um com até 5 mil famílias referenciadas. Atualmente o município conta com 05 CRAS e ainda não é suficiente, pois para atender os parâmetros previstos teriam que dobrar o número de CRAS na cidade. Hoje em dia na realidade, cada CRAS está referenciando 50 mil famílias. Isso apenas para tratar do critério populacional utilizado na PNAS, sem mencionar os problemas relativos ao tamanho do território

atendido e seu impacto na acessibilidade, que trataremos mais adiante.

De qualquer maneira, o impacto social esperado com a presença do CRAS no território está na redução das vulnerabilidades e na prevenção da ocorrência dos riscos sociais. Na perspectiva territorial, vai variar de acordo com as especificidades de cada território, as diferentes situações de vulnerabilidades e riscos encontrados. As vulnerabilidades e riscos estão atrelados aos processos de pobreza e exclusão social, aos riscos ligados ao ciclo de vida, principalmente infância, adolescência e velhice, e aqueles ligados à violência e negligência familiar. Como bem explica Melazzo e Nascimento a

Vulnerabilidade relaciona-se, por um lado, com a exposição ao risco, e, por outro, com a capacidade de resposta, material e/ou simbólica, que indivíduos, famílias e comunidades conseguem dar para fazer frente ao risco ou ao choque (que significa a materialização do risco). As políticas e os programas inserem-se nesse campo, como elementos que podem fortalecer a capacidade de resposta das famílias e de seus membros, de modo a reduzir seu grau de vulnerabilidade. (2013, p. 74)

Nesta lógica do fortalecimento está baseada a política de prevenção que norteia o trabalho do CRAS. Ou seja, trata-se de uma perspectiva de evidenciar na população não só suas fragilidades, como também forças e possibilidades de enfrentamento de diversas situações. Para viabilizar um atendimento social de qualidade aos usuários e usuárias do CRAS, pela primeira vez o/a profissional é contemplado e contemplada como peça chave no escopo da política da assistência.

Em 2006, o CNAS decreta a NOB-RH que trata da política de recursos humanos e gestão de trabalho do SUAS e estabelece as equipes de referência para cada serviço por meio de concurso público. O CRAS deve contar minimamente para realização do seu trabalho com assistentes sociais, psicólogos/as, advogados/as e educadores/as. Por este motivo, o CRAS Norte, conta em sua equipe com 2 psicólogos, 2 assistentes sociais, 6 educadores sociais, 1 assistente administrativo, 2 serviços gerais e 1 coordenadora, todos concursados pela prefeitura municipal. Integram a equipe também estagiários/as de diversas áreas: 1 de psicologia, 1 de serviço social e 2 de ensino médio oriundos de programas de trabalho protegido.

Vale dizer que essa configuração atual do CRAS Norte está adequada em relação as normas previstas na NOB-RH, que prevê para cada 5000 famílias referenciadas 4 técnicos de ensino superior sendo 2 assistentes sociais, 1

psicólogo e outro profissional que compõe o SUAS e mais 4 técnicos de ensino médio (Brasil, 2012). Sendo assim, esta equipe demonstra um nível de organização melhor e um crescimento em termos quantitativos e qualitativos quando comparado ao quadro de funcionários do CRAS Norte em julho de 2018, no qual constava de acordo com a coordenadora na época com 1 psicólogo, 2 assistentes sociais, 6 educadores sociais, 1 coordenador e 1 serviços gerais.

Finalmente, os serviços ofertados pelo CRAS e pelo CREAS são normatizados para todo o território nacional. Aprovada em 2009, a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais busca a padronização em todo território nacional dos serviços de proteção social básica e especial para garantir de fato os padrões de referência da execução do SUAS nos diferentes contextos sociais das cidades brasileiras (MDS, 2009, p.4), conforme elencado no quadro nº1 abaixo.

Quadro 1- Serviços ofertados no CRAS e no CREAS.

Proteção Social Básica: Centro de Referência da Assistência Social - CRAS	
Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF);	
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV);	
Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.	
Proteção Social Especial: Centro de Referência Especial da Assistência Social - CREAS	
Proteção Social Especial de Média Complexidade	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI);
	Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);
	Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;
	Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.
Proteção Social Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional
	Serviço de Acolhimento em Repúblicas
	Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora
	Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências

Fonte: Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais 2014 (Reimpressão).

Dos três serviços de Proteção Social Básica referenciados pelos SUAS, o CRAS Norte em Foz do Iguaçu, oferta atualmente somente o serviço de proteção e atendimento integral à família (PAIF), que engloba o cadastramento no CADÚNICO, o qual dá direito a outros benefícios além do bolsa família e BPC, como o programa do leite, carteira do idoso, passe livre para pessoas com deficiência,

tarifa social de energia elétrica, entre outros. Também é realizado o atendimento com as psicólogas e com as assistentes sociais, que incluem serviços de concessão de cestas básicas distribuídas em meses alternados, a realização de certidão de casamento e nascimento e encaminhamentos em geral. Com relação ao serviço de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV), no momento não são ofertadas as oficinas de artesanato e circo pois encerraram em novembro de 2019, somente permanecem as oficinas do Centro de Atenção Integral ao Adolescente (CAIA) no bairro Jd.Canadá e no Cidade Nova.

Na administração da sucessora de Lula, Dilma Rousseff (2011-2016), ocorreu a alteração da LOAS pela Lei 12.435/2011 instituindo as orientações do SUAS e enfatizando “o CRAS como serviço de referência da proteção social básica, o cofinanciamento da política por meio da gestão do fundo de assistência social nas três esferas de governo, a vinculação dos Conselhos de Assistência Social ao órgão gestor da política de assistência social”, entre outros. Dilma, portanto, prossegue com os projetos que estavam em andamento na área da assistência social e em dezembro de 2012 é divulgada a NOB/SUAS. Nesta versão estão detalhados os requisitos necessários para os municípios garantirem a habilitação do SUAS na gestão inicial, básica e plena. A grosso modo, na gestão inicial o município precisa da criação de conselho, fundo municipal e elaboração de um plano de assistência social. Na básica, já avança para assumir a cobertura da proteção social básica através da implementação dos CRAS. Por fim, na plena a cobertura inicial e básica se amplia e estende para a proteção social especial de alta complexidade, capacidade de criação de um sistema municipal de monitoramento e avaliação, além de contar com gestor do fundo lotado no órgão responsável pela assistência social e ter uma política de recursos humanos com carreira para servidores públicos. (Brasil, 2012). Em Foz do Iguaçu a habilitação é na gestão básica, visto que se adequou às exigências especificadas com a criação do CMAS em 1995, de 5 CRAS e 2 CREAS em 2008, possui também desde 2011, o Centro de Referência para População em Situação de Rua (Centro POP), direcionado para atender a demanda espontânea da população de rua.

De 2005 a 2015, período onde ocorreu a consolidação do padrão básico do SUAS em todo Brasil, muita coisa havia avançado em termos da política de assistência social no país, conforme atesta o CNAS em 2016:

- são mais de 8 mil CRAS no país, presentes em todos os municípios

brasileiros;

- de 2005 a 2014 houve um crescimento de 56,6% das famílias beneficiárias do PBF e de 81% dos beneficiários do BPC;
- foi assegurada a previsão constitucional de vinculação do BPC ao salário mínimo;
- mais de 1,9 milhão de famílias, média nacional, são acompanhadas, assistidas e apoiadas pelas equipes de referência;
- até 2015 houve uma significativa ampliação dos recursos do cofinanciamento federal para 73,2 bilhões;
- já são mais de 600 mil profissionais do SUAS para garantir o direito socioassistencial;
- a participação da sociedade civil está garantida nas conferências municipais e estaduais, mobilizando cerca de meio milhão de pessoas a cada biênio.

No entanto, o cenário sociopolítico instalado em 2016 revela um prognóstico desfavorável a ser enfrentado ao longo do percurso desse novo decênio da seguridade social, que de início já sofreu com o impacto do *impeachment* da presidenta Dilma Rouseff. As conquistas anteriores não foram suficientes para representar o consenso dos e das especialistas. O II Plano Decenal (2016-2026) passa a questionar a qualidade do processo de consolidação do SUAS na sua primeira década. A principal preocupação do CNAS ainda é a insegurança quanto à exequibilidade da política de assistência social. A Emenda Constitucional 95/2016 promulgada por Michel Temer (2016-2018), no seu breve mandato, limita por 20 anos os gastos públicos a partir de 2018, incluindo o orçamento previsto para a seguridade social. Com isso, o orçamento destinado ao financiamento público do SUAS foi reduzido em 30% e outros cortes atingiram o PBF em cerca de 1,1 bilhão de reais, implicando numa redução de cerca de 500 mil famílias (Santos, Bonetti e Matielo, 2018). Temer apenas angariou financiamento do governo federal para implementação de quatro projetos a saber: o Criança Feliz, o Progredir, o Estratégia Amigo da Pessoa Idosa e o Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade do INSS, os quais também tiveram o orçamento bem abaixo do prometido. A integração do Criança Feliz à política de assistência social corresponde ao Programa Primeira Infância no SUAS aprovado pelo CNAS conforme resolução 19/2016 e a 08/2018. No entanto, foi bastante criticado na época pelos conselhos regionais da assistência social, visto que foi incluído na partilha do financiamento do SUAS em um momento de descaso do governo Temer com o orçamento da assistência social.

Em 2019 toma posse o novo presidente do Brasil, Jair Bolsonaro,

que mantém os programas sociais propostos por Temer, exceto o Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade do INSS. O carro chefe na área social do atual governo continua sendo o programa Criança Feliz que conta com a mediação do CRAS para realizar o contato com as famílias beneficiárias do PBF e BPC. Recentemente, em março de 2020, o Ministério da Cidadania criou a Secretaria Nacional da Primeira Infância anunciando que a prioridade na área social será voltada para esse público. Está previsto como pauta na agenda do CNAS em dezembro de 2020, a avaliação de impacto do programa Criança Feliz nas famílias referenciadas pelo CRAS. Contudo, de acordo com a coordenadora Rosana do CRAS Norte, nenhum dos projetos criados, isto é, o Criança Feliz, o Progredir e o Estratégia Amigo da Pessoa Idosa, são realizados no CRAS no momento.

Diante do cenário de redução do financiamento da política de assistência social imposto a partir do governo Temer, as ações do CNAS previstas para o início de 2020 estão voltadas para recomposição do orçamento do SUAS conforme previsto na CF88 e a concretização das metas previstas no II Plano Decenal (2016-2026). Tais medidas do CNAS visam prevenir de modo geral o desmantelamento do SUAS e o descompromisso com a política de assistência social. Aldaíza Sposati aponta em seu artigo “Descaminhos da seguridade social e desproteção social no Brasil”, de 2018, a privatização da seguridade social através da construção de três hipóteses. Sua primeira hipótese é que a Seguridade Social, no Brasil, foi transformada em bem de consumo individual, por forças conservadoras, porque não emergiu de uma demanda da sociedade, o que a tornou socialmente desprovida de seu valor de direito humano civilizatório. Em segundo lugar, a autora julga que o capital financeiro passou a utilizar a proteção social como forma indireta de financiamento privado. E, por fim, Sposati afirma haver uma profunda distância entre os padrões de cobertura a desproteções praticados entre os que ganham menos e aqueles que ocupam funções públicas de destaque no legislativo, judiciário e forças militares.

Consequentemente, todo o esforço de reordenamento da assistência social, desde o processo constituinte, com o objetivo de torná-la uma política pública de desenvolvimento humano e social, pode ficar seriamente comprometido quando as bases de sustentação do SUAS – a proteção social, o financiamento federal e a padronização da gestão - estão submetidas às adversidades e crises do sistema político-econômico capitalista. O impacto pode

atingir diretamente o funcionamento do trabalho do CRAS no território, já que sem verba uma série de ações ficam comprometidas, como uma restrição do número de cestas básicas, redução de gastos com visitas domiciliares e institucionais, entre outros. Há casos, como em Foz do Iguaçu, que fica bastante prejudicada a implantação do sistema de proteção social básica na sua plenitude, como poderemos verificar a partir de nosso estudo do CRAS Norte.

O SUAS em Foz do Iguaçu

Foz do Iguaçu frequentemente é lembrada por suas belezas naturais, por ser sede da Usina Hidrelétrica de Itaipu e por fazer parte da tríplice fronteira junto com Paraguai e Argentina. Um cenário que favorece um comércio intenso de produtos importados, um mercado promissor na área turística e oportunidade de desenvolvimento econômico e tecnológico com a Itaipu. Isto é, um conjunto de elementos que justifica uma circulação expressiva de pessoas na zona da fronteira trinacional e que causam impacto na relação econômica, política, cultural e social.

O crescimento acelerado da população na década de 70 se confunde com a história da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. No entanto, as obras grandiosas para a construção da Hidrelétrica impactaram enormemente a região, com o enorme afluxo de trabalhadores e trabalhadoras do país todo, expulsão de povos indígenas e camponeses/as atingidos/as pelas inundações da barragem, repetindo um ciclo de violência e autoritarismo que remonta a fundação da colônia militar de fronteira. O resultado é uma cidade historicamente formada com base na desigualdade social.

Como bem explica Luiz Eduardo Catta após a finalização da construção da Usina em 1982, grande parte dos barrageiros, em sua maioria homens, foram demitidos e a cidade não deu conta de absorver toda a mão de obra na época, ficando um grande número de desempregados “formando um aglomerado populacional de baixa renda, um cinturão de pobreza na periferia de Foz do Iguaçu” (1994, p.102). O autor detalha as principais áreas, quais sejam:

(...) criou-se um semi-cinturão de bairros populares/periféricos e aglomerados subnormais que surgiram das concentrações de

trabalhadores pobres ou desempregados nas áreas onde o Poder Público construiu, sempre em números reduzidos, moradias populares, e em áreas que foram sendo ocupadas espontaneamente. E outro semi-cinturão, não menos problemático (...) era formado pelas fronteiras com o Paraguai e a Argentina, com uma população de pobres bastante expressiva, de pessoas expulsas de suas terras pelos grandes latifúndios, e por aqueles que também foram atraídos pela construção de Itaipu. (Ibidem, p.103)

Igualmente relevante foi o fluxo de trabalhadores e trabalhadoras sem vínculo direto com a obra da usina, mas que vieram para a região naquele período. Deve-se ressaltar que este fluxo se deu de ambos lados da fronteira, com impactos no território das duas cidades sedes da usina, Ciudad del Este e Foz do Iguaçu. Sendo assim, a diminuição acelerada dos empregos e o elevado aumento populacional foram os maiores impactos negativos pós-inauguração de Itaipu, a gerar um cenário de miséria alarmante em Foz do Iguaçu, que repercutiu na qualidade de vida da população diante do crescimento dos problemas da moradia e no favelamento, aumento da violência, criminalidade e do trabalho informal. (Ibidem).

Houve um descompasso entre este processo rápido de urbanização e o crescimento econômico-social da cidade, incorrendo numa falta de capacidade do município em implementar políticas para suprir a demanda social na mesma proporção. Fato que se agravou com o desinvestimento de Itaipu na cidade, pouco participando do processo de fortalecimento institucional da prefeitura municipal para lidar com os impactos de uma obra de tal vulto, as vulnerabilidades sociais foram aprofundadas, principalmente relacionadas à questão da pobreza.

Há que se adicionar nesse quadro, a relação social complexa de fronteira entre Foz do Iguaçu e o Ciudad del Este, no Paraguai, que se caracteriza principalmente pelas relações de trabalho estabelecidas devido à integração econômica entre as duas cidades, que favorece todo um contingente de brasileiros e brasileiras a morarem no Paraguai e também o contrário.

Para o geógrafo Luiz Felipe Rodrigues destaca o agronegócio como um nicho de mercado que atrai os brasileiros para adquirirem propriedades rurais no Paraguai, enquanto que os migrantes paraguaios vêm para o Brasil e se estabelecem principalmente em áreas urbanas em busca de refúgio, trabalho, serviços, entre outros. O mercado informal por vezes é a opção de muitos paraguaios e paraguaias, sobretudo como vendedores e vendedoras ambulantes que circulam na fronteira entre Ciudad del Leste e Foz do Iguaçu, reforçando o

problema das condições de risco e vulnerabilidade social advindos do trabalho ilegal. Submetem-se, por exemplo, ao perigo do trânsito pesado da ponte da amizade cruzando entre os carros para vender, bem como atravessam com as mercadorias de um país ao outro em transporte e via clandestinos (Rodrigues, 2016).

Na concepção do geógrafo Fernando Raphael Ferro de Lima, o comércio de importados e tecnologia de Ciudad del Leste atrai trabalhadores e trabalhadoras iguaçuenses pela vantagem de salário neste setor. Por outro lado, há paraguaios e paraguaias que cruzam a fronteira diariamente para atividades sobretudo no setor informal em Foz do Iguaçu, como serviços domésticos e vendas de rua. No caso dos paraguaios e paraguaias, já há algumas décadas se estabelecem na cidade em busca de emprego, especialmente pela valorização do real e pela estabilidade econômica do Brasil. Diante da oportunidade de ganharem uma remuneração melhor que no Paraguai, muitas vezes se submetem a trabalhos precários e sem registro, como empregadas domésticas ou na construção civil (Lima, 2011). Esta é uma questão complexa, na medida em que formam um grupo de alta vulnerabilidade social em Foz do Iguaçu, mas que não têm acesso aos benefícios oferecidos pelo CADÚNICO pelo fato de não possuírem documentos brasileiros, principalmente o CPF. Os CRAS em Foz do Iguaçu, especificamente os serviços oriundos do CADÚNICO, só atende nacionais do país e por este motivo a população do Paraguai não tem acesso, mesmo morando na área de abrangência dos CRAS e cadastrados. De acordo com a coordenadora do CRAS Norte Rosana, os paraguaios e paraguaias são encaminhados para a Casa do Migrante para tentar regularizar essa questão dos documentos. Quanto aos demais serviços ofertados pelo CRAS Norte seus direitos são assegurados, pois as famílias paraguaias são cadastradas no CRAS igualmente e atendidos normalmente.

Diante desse cenário, com imensos problemas sociais locais é quando se dá o início do planejamento das ações da assistência social em Foz do Iguaçu. Em novembro de 1995 é criado o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) no município. “A Lei 1976/95 não apenas criava o CMAS, com o objetivo de coordenar a política Municipal de Assistência Social, como também o Fundo Municipal de Assistência Social” (Oliveira, 2011, p.83). Em Foz do Iguaçu o voluntariado e a filantropia são estruturantes da assistência social, nessa primeira década do CMAS local. A construção da política de assistência social no município

seguiu o cenário sócio histórico nacional, pois “apresenta em seu processo de constituição histórica política e social, elementos que combinam o patrimonialismo, o coronelismo tão caro à sociedade brasileira” (Ibidem, p.82).

Nesta época, o prefeito Harry Daijó (1997-2001), através da lei nº2078 de 12/08/1997 estabelece que o Programa do Voluntariado Paranaense (PROVOPAR) é de utilidade pública, passando a receber verba do fundo municipal da assistência social para custear projetos sociais. A Secretaria Municipal de Ação Social trabalhava de forma coordenada com a Secretaria Municipal da Criança, nos quais os principais eixos de ação na área social estavam relacionados a promoção de programas específicos voltados para subsistência e integração social ofertados em parceria com instituições filantrópicas. Em setembro de 2005, a PROVOPAR tornou-se o órgão gestor municipal do programa bolsa família no município após decreto nº 16.731, sancionado pelo prefeito Paulo Mac Donald Ghisi (2005-2012).

Somente em dezembro de 2005 as ações mais efetivas voltadas para a articulação da política de assistência social foram organizadas pelo CMAS e o município faz “a adesão ao SUAS e é habilitado para o nível de gestão inicial” (Oliveira, 2011, p.93). O autor ressalta ainda que com o intuito de passar para o nível de gestão básica, no início de 2006 a Prefeitura de Foz do Iguaçu traçou um Plano de Ação da Política Municipal de Assistência Social que previa, entre outras metas, a criação de dois CRAS com estrutura física e equipe de profissionais para concessão do BPC e benefícios eventuais. Este é provavelmente o início da profissionalização da assistência social no município, mais em consonância com os preceitos constitucionais.

Para aprovação e concretização desse plano de ação foi imprescindível a organização e articulação do CMAS Foz, inclusive através da parceria com o Ministério Público que junto precisou intervir, no sentido de prezar pela fiscalização da qualidade técnica na implementação da habilitação da gestão básica conforme rege a PNAS (2004) e a NOB-SUAS (2005). Oliveira (2011) explicita vários resultados alcançados ainda em 2006 e que continuaram em 2007, decorrentes das reivindicações feitas ao gestor municipal. A execução do PBF e do CADÚNICO, por exemplo, foram reconduzidos para a SMAS; quatro CRAS implementados em dezembro de 2006 com a contratação do quadro de funcionários/as via concurso público, entre outros. No entanto, a maioria das reivindicações não se concretizaram e o cenário do SUAS em Foz do Iguaçu não

era promissor.

O CMAS entendeu que embora tivesse por meio de ações coletivas conjuntas, construído junto com a gestão municipal condições para avançar na implantação do SUAS as ações acabaram por retroceder, tornando precárias as condições de funcionamento do CRAS, as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família não estão recebendo nenhum tipo de serviço socioassistencial. (Oliveira, 2011, p.103).

Diante disso, na prática, os fatos demonstravam total incoerência e descompromisso na gestão do prefeito Paulo Mac Donald Ghisi com a concretização da habilitação do SUAS na gestão básica. Em 2007 todas as tentativas de diálogo com a prefeitura de Foz realizadas pelo CMAS foram insatisfatórias, colaborando, portanto, com a decisão do CMAS de não aprovar o plano de ação exercício 2007 (Ibidem). Oliveira cita a ata nº14/07 do CMAS onde está registrado que “pactuar com este plano de ação significa retroceder e não garantir os direitos socioassistenciais previstos na LOAS, na PNAS e no SUAS” (ibidem, p.108). O quadro de tensão entre o CMAS e o gestor municipal Paulo Mac Donald Ghisi continuou ao ponto de o conselho denunciar a situação instaurada à CIB, segundo registro da ata nº19/07:

solicitar a CIB abertura do processo de desabilitação do município de Foz do Iguaçu da gestão básica da política de Assistência Social, entender que o município não cumpriu nos períodos de 2005 a 2007 as responsabilidades necessárias pertinentes para este nível de gestão. (apud Oliveira, 2011, p. 115).

Em 2008 o parecer da CIB é “favorável à abertura de processo de desabilitação da gestão básica do município de Foz do Iguaçu” (Ibidem, p.116), e com isso, todo um processo de ajuste para concretizar de fato a implementação do SUAS no município se inicia. A intervenção direta da CIB ocorreu com a elaboração de um plano de providências baseado em visitas aos equipamentos da assistência, reunião com o prefeito Paulo Mac Donald Ghisi e conselheiros e conselheiras do CMAS. Este fato tornou Foz do Iguaçu “o primeiro município do Brasil a ser desabilitado por força da ação do CMAS” (Ibidem, p.118), cujos efeitos foram positivos e alavancaram as mudanças anteriormente pleiteadas pelo CMAS. Foi então nesse que o município iniciava seu protagonismo na implementação da política de assistência social. Como aponta Oliveira:

O edital de Concurso Público Municipal foi lançado em 02/04/2008 e contemplou as vagas que já havia anunciado a gestora da política do município, foram implantados 5 CRAS, equipe técnica de referência conforme descrito na PNAS/SUAS, na NOB/SUAS-2005 e na NOB/RH de 2006. Foi implantado o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, enfim, foram sendo tomadas medidas que começaram a caracterizar a política de Assistência Social em Foz do Iguaçu como aquela prevista nas normas regulamentadoras (Ibidem, p. 118).

Foram, portanto, necessários vários embates do CMAS com o prefeito Paulo Mac Donald Ghisi diante da letargia e falta de vontade política da sua gestão no direcionamento da implementação do SUAS em Foz do Iguaçu. Apesar das dificuldades e percalços enfrentados pelo CMAS para continuar a garantir a habilitação da gestão básica no SUAS no município, vários avanços no combate aos problemas sociais podem ser constatados atualmente na **proteção social básica** a partir da implementação dos CRAS em 2008. Logo abaixo, o quadro nº2 mostra o alcance da assistência prestada às famílias referenciadas nos cinco CRAS da cidade, de acordo com os dados colhidos em 2018 e 2019 por Samuel Cabanha e apresentados no documento⁴: Diagnóstico socioterritorial da política de assistência social de Foz do Iguaçu, único até o momento atual.

⁴ O Diagnóstico Socioterritorial da Política de Assistência Social é um relatório de informações sociais elaborado pelo setor da Divisão de Vigilância Socioassistencial (DVVSA) da Secretaria Municipal de Foz do Iguaçu (SMAS). Direcionado a Gestores, Trabalhadores, Controle Social e Usuários e, tem como objetivo facilitar a compreensão e disseminar informações sociais relativas aos territórios do município de Foz do Iguaçu – PR.

Quadro 2- Número de famílias atendidas pela proteção social básica de Foz do Iguaçu.

Porte Populacional	Unidade	Número de Famílias Referenciadas	Número de Famílias em Acompanhamento no PAIF	Número de Famílias Inscritas no CADÚNICO	Número de famílias beneficiárias do PBF
Grande Porte	CRAS OESTE	595	23	3686	2040
	CRAS LESTE	6362	63	6053	1954
	CRAS SUL	6009	06	5363	1982
	CRAS NORTE	6095	108	7086	2062
	CRAS NORDESTE	3365	138	4660	1828

Fonte: Cabanha, Samuel: Diagnóstico Socioterritorial da Política de Assistência Social – PMFI 2019.

De acordo com os dados acima, merecem destaque as mais de 26 mil famílias de Foz do Iguaçu inscritas no CADÚNICO compiladas do CECAD⁵. Destas, cerca de 7 mil famílias estão cadastradas no território do CRAS Norte, 27% dos cadastros da cidade e pouco mais de 2 mil famílias são beneficiárias do PBF, ou 21% do total do município. Isto é, segundo os dados do diagnóstico, uma das maiores concentrações de famílias em situação de pobreza⁶ está localizada na

⁵ CECAD é uma ferramenta de consulta, seleção e extração de informações do CADÚNICO que permite conhecer as características socioeconômicas das famílias e pessoas incluídas no Cadastro Único (domicílio, faixa etária, trabalho, renda etc.), bem como saber quais famílias são beneficiárias do PBF. Essas informações constam no link <http://aplicacoes.mds.gov.br/saqi/cecad/>.

⁶ O critério utilizado para definir situação de pobreza está de acordo com os parâmetros definidos pelo CADÚNICO, onde a renda por pessoa varia entre R\$ 89,01 a R\$ 178,00 ou de até R\$ 89,00

região norte da cidade.

Com relação à **proteção social especial**, Foz do Iguaçu tem dois CREAS desde 2008, sendo o CREAS I voltado para o atendimento do PAEFI, do Serviço Especializado de Abordagem Social e o Serviço para as Pessoas com Deficiência, Idosas e suas famílias; e o CREAS II que atende o serviço de medida socioeducativa de PSC e LA. O município possui também desde 2011, o Centro de Referência para População em Situação de Rua (Centro POP), direcionado para atender a demanda espontânea da população de rua.

Em 2018 as famílias do território de abrangência do CRAS Norte foram as mais atendidas pelo CREAS I, correspondendo a 35% das famílias no total (Cabanha, 2019). As principais violações de direitos mapeadas nestas famílias foram: violência intrafamiliar, negligência, violência sexual e afastamento do convívio familiar. Ocorrendo principalmente com crianças e adolescentes até 17 anos do gênero feminino. Um agravante dessa situação é a fila de espera dos casos do CRAS Norte com 180 casos aguardando atendimento do CREAS I, desde 2018 (ibidem). De acordo com a percepção da coordenadora Rosana do CRAS Norte, esta fila ainda continua no momento, devido à restrição do número de atendimentos a partir de março de 2020 com o advento da pandemia de Covid 19 na cidade.

Cabe ressaltar, que a espera para este tipo de ocorrência pode acarretar mais violência, mais impunidade aos agressores, mais crianças e adolescentes agredidos, mais mulheres violentadas. A morosidade para iniciar o acompanhamento às famílias, portanto, pode complicar a situação e configurar um problema sério de saúde pública.

Os dados do CREAS I mostram que o território do CRAS Norte apresenta uma situação bastante delicada quanto às vulnerabilidades e a relação baixa renda-violação de direitos. Embora este não seja o trabalho realizado diretamente pelo CRAS, uma das coordenadoras relatou em entrevista a esta pesquisa que a equipe do CRAS Norte identifica as vulnerabilidades relacionadas à pobreza e à violência, pois tais informações chegam indiretamente através dos relatos das famílias nos atendimentos e através das visitas domiciliares no território. Quando a violação é detectada compete ao CRAS acionar o Conselho Tutelar e demais órgãos da rede de proteção local.

por mês, e que tenham em sua composição gestantes, nutrizes (mães que amamentam), crianças ou adolescentes entre 0 e 17 anos.

Convém enfatizar, que todo este panorama das informações quantitativas sobre o SUAS de Foz do Iguaçu só foi possível destacar com base na criação dos cinco CRAS, do contrário ficaria inviável conhecer de perto as famílias que necessitam de ajuda prévia e/ou especializada perante os riscos sociais que enfrentam. O CRAS é, portanto, o vínculo crucial entre a seguridade social e o território e as pessoas. Por sua vez, no caso de Foz do Iguaçu, outro ponto não menos importante foi a persistência na atuação do CMAS no suporte técnico para possibilitar desde o início, as transformações necessárias para o avanço da política da assistência social no município. Atualmente a Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) de Foz do Iguaçu tem o organograma definido, com o secretário da pasta liderando os gestores e gestoras responsáveis por cada área: gestor/a geral da proteção social básica; gestor/a da proteção especial; gestor/a geral do SUAS e gestor/a financeira do SUAS.

Para fomentar o SUAS em Foz do Iguaçu com todo o contingente de recursos humanos, somados aos gastos dos recursos materiais necessários para os equipamentos funcionarem, foram destinados no período de 2011 a 2018 mais de cinco bilhões de reais, com valores ampliados a cada ano (Cabanha, 2019). O crescimento gradativo do financiamento da política de assistência social em Foz do Iguaçu possibilitou a manutenção do município no nível da habilitação básica da gestão do SUAS. Com mais verba tornou-se viável colocar em prática e sustentar a política descentralizadora do CRAS, levando de fato o atendimento do SUAS para mais perto dos usuários e usuárias. No entanto, observamos através da experiência do CRAS Norte que é preciso ampliar o número de funcionários das equipes de referência, disponibilizar mais carros para realizar as visitas no território, verba para custear mais oficinas de convivência em bairros diversificados, promover mais capacitação e treinamento para a equipe técnica, entre outros. Além da necessidade de expandir o número de CRAS na cidade.

A trajetória do desenvolvimento da política de assistência social em Foz do Iguaçu é uma reprodução do que ocorreu no Brasil, frente as adversidades enfrentadas para se consolidar enquanto uma política de direitos dos cidadãos e cidadãs. Precisou também de muita articulação e mobilização social para transpor a prática do assistencialismo e ser incluída na pauta da agenda política junto com as demais pastas.

A implementação do SUAS em Foz do Iguaçu começou ainda com

a pressão do estrondoso desenvolvimento urbano com o advento da chegada da UHI, provocando um desenvolvimento econômico instável e sem infraestrutura urbana e social para sustentar o impacto de tamanha mudança. Somados a este contexto, as peculiaridades da cidade por ser tríplice fronteira, bem como a grandiosidade da geografia espacial do território da cidade, que impõe obstáculos na construção do diagnóstico socioterritorial da política de assistência social.

Para maior embasamento vamos abordar no capítulo seguinte as diretrizes postas na legislação do SUAS para a construção do diagnóstico socioterritorial que define as áreas de abrangência dos CRAS, como também apresentar as particularidades enfrentadas desde o início pela equipe do CRAS Norte para conduzir a gestão da proteção social básica nesta parte do território de Foz do Iguaçu.

DESCENTRALIZAR PARA TERRITORIALIZAR

O processo de territorialização é fundamental para que a política de seguridade social chegue à população atendendo aos preceitos constitucionais. Nesse desenho, o CRAS exerce um papel fundamental como visto no capítulo anterior. Num país das dimensões continentais como o Brasil, foi fundamental o pacto federativo previsto na CF88 que teve por intenção fortalecer os municípios, isto é, o nível de gestão com maior proximidade da população. Nesse sentido, para os formuladores da PNAS 2004 a descentralização política administrativa está vinculada ao processo da territorialização como forma de operacionalizar a política de assistência social, com base e gestão municipais, unidade administrativa onde são implantados os CRAS. Este eixo indica que o processo de territorialização é construído em parceria entre gestores e as pessoas que usufruem das políticas públicas.

O processo de territorialização é dinâmico e tem peculiaridades relacionadas ao próprio território pois muda substancialmente na medida que se relacionam as escalas reais das pessoas que ocupam os territórios dos municípios brasileiros, com as escalas técnicas de estimação utilizadas pelos legisladores e legisladoras para elaborar a política. Como bem aponta Dirce Koga, a escala local é a mais desafiadora provocando um choque de informações, pois

estranhamente, trata-se da escala mais utilizada pela política pública para o alcance de suas intervenções e, ao mesmo tempo, talvez a mais desconhecida nos processos de planejamento, pois diz respeito às dinâmicas da vivência, variáveis mais difíceis de serem capturadas pelas tecnologias cadastrais. (2016, p. 13).

As discrepâncias de escala da política pública com a escala local ocorrem sobretudo devido às diferenças regionais, especialmente da densidade dos municípios brasileiros. Foz do Iguaçu, por exemplo, tem uma população de aproximadamente 258 mil habitantes (IBGE, 2010) que a caracteriza como município de grande porte para a PNAS, contudo, sua rede socioassistencial tem a complexidade da metrópole devido a seus territórios de fronteira. Inclusive, de acordo com a coordenadora do CRAS Norte, não é incluída no CADÚNICO às famílias paraguaias do território que não têm CPF. Essa informação é corroborada

por uma das entrevistadas do bairro Jd. Canadá, no qual se localiza próximo da fronteira com o Paraguai, que tem duas famílias paraguaias na sua vizinhança que não conseguem os benefícios de transferência de renda no CRAS por não ter documentação adequada. No entanto, ainda que parcialmente, possuem o direito de serem cadastradas e participarem das oficinas de convivência, do atendimento com a assistente social e psicóloga, entre outros.

Outra especificidade de Foz de Iguaçu em conflito com aquilo que é determinado pela PNAS é a enorme dificuldade de gerenciar a estruturação dos CRAS para até 5 mil famílias referenciadas diante de um território tão difuso. A baixa densidade populacional resulta numa área de abrangência extremamente extensa para atingir a quantidade de famílias estabelecida pela Política Nacional. Com isso, o acesso das famílias à sede do equipamento é mais difícil, assim como a qualidade do acompanhamento socioassistencial da equipe devido ao obstáculo físico e a falta de transporte, seja dos usuários e usuárias até o equipamento, seja da equipe do CRAS até o bairro.

As especificidades do território de Foz já requerem atualizações da legislação com relação a formas diferentes de pensar os parâmetros técnicos basilares do diagnóstico socioterritorial, visto que o que acontece com o CRAS Norte de Foz do Iguaçu reforçam as graves lacunas que ainda comprometem uma boa territorialização. As 5.885 famílias atendidas pelo CRAS Norte estão espalhadas por mais de 80 bairros, que não contam com transporte eficiente para garantir o acesso facilitado da população ao equipamento. Do Jd. Canadá até o CRAS pode-se levar até uma hora e meia em transporte público, fazendo com que muitas famílias ou desconheçam ou sejam desencorajadas a participar das suas atividades.

Dessa forma, percebe-se que a legislação tem sido pautada pela realidade das metrópoles, contexto no qual a densidade populacional faz com que o tamanho do território de abrangência do CRAS seja razoável para acolher as cinco mil famílias. Contudo, este não é o cenário da densidade populacional predominante da realidade dos municípios brasileiros, o que pode ser inferido pelo número de habitantes, dada a ausência dos dados sobre densidade por município. Quase 70% dos municípios brasileiros pertencem à categoria pequeno porte I da PNAS e cerca de 20% se encaixam na categoria pequeno porte II. Dito de outra forma, 90% dos municípios do país têm menos de 50 mil habitantes e é o local de moradia de 32%

da população, cujos hábitos e distâncias estão muito mais de um universo difuso pelo território, basicamente ruralizado. Na categoria médio porte da PNAS, que não é a mesma utilizada pelo IBGE, estão os municípios entre 50 e 100 mil habitantes, correspondente a 12% dos municípios do país, com características territoriais provavelmente muito parecidas com as duas outras categorias. A faixa estabelecida pela PNAS onde se encaixa Foz do Iguaçu, dos municípios de grande porte é extremamente alargada, colocando na mesma categoria realidades tão díspares como Umuarama no interior do Paraná e Duque de Caxias na baixada fluminense. No caso da categoria metrópole, ela abarca apenas 0,3% dos municípios do país e apenas 22% da população nacional.

Em outras palavras, nos parece que ao estabelecer 5 mil famílias referências por CRAS para municípios com mais de 100 mil habitantes (categorias médio, grande porte e metrópole) provavelmente seja suficiente para os contextos demográficos de alta densidade, mas cria imensas dificuldades para boa parte da realidade territorial brasileira, como vimos no estudo de caso do CRAS Norte. É fundamental, portanto, a formação de pensamento crítico no interior do país que possa colaborar numa revisão das categorias de municípios estabelecidas na PNAS, evitando a usual “metropolização” do aparato legal e normativo brasileiro.

Sob esta perspectiva, os municípios de pequeno porte I possivelmente com apenas um CRAS podem não dar conta da sua extensão territorial, permanecendo a sua população um ponto cego para a política de assistência social. Neste aspecto, Koga ressalta que

tal ausência de contextos dos segmentos populacionais pode ser um dos indicativos para a dificuldade em se incorporar a dimensão territorial no diagnóstico social (...). Mesmo as cidades de população reduzida (...) apresentam desigualdades e diversidades de contextos socioterritoriais. (2016, p.13)

Pode-se afirmar, por conseguinte, que as informações quantitativas não abarcam toda a complexidade do território. Diante disso, a PNAS 2004 destaca que “exige-se agregar ao conhecimento da realidade a dinâmica demográfica associada à dinâmica socioterritorial em curso” (MDS, 2004, p.44). Nesse sentido, a PNAS 2004 procurou articular a intersetorialidade ao processo de descentralização, com o objetivo de fomentar ações integradas com a comunidade local a partir do trabalho em rede com as demais políticas sociais que também se

materializam no território.

Na prática, a intersetorialidade acontece quando a equipe do CRAS começa a explorar e conhecer seu território, em parceria com as demais instituições presentes. O CRAS Norte conta atualmente com as seguintes parcerias das Organizações da Sociedade Civil (OSCs): o Centro de Atenção Integral ao Adolescente (CAIA) presentes no bairro Cidade Nova e Jardim Canadá, o Conselho Comunitário da Vila C, o projeto Um Chute para o Futuro no bairro Porto Belo e a Aldeias Infantis SOS no Cidade Nova também.

Deste modo, a integralidade das ações são a conexão entre as pessoas e os equipamentos em geral – CRAS, Centro de Saúde, Escolas, Creches – que prestam atendimentos diferenciados e complementares, às mesmas famílias que frequentam todos eles. Sueli Nascimento afirma que o planejamento intersetorial proporciona “ganhos para a população, para a organização logística das ações definidas, bem como para a organização das políticas públicas centradas em determinados territórios” (2010, p.96). Esse trabalho de rede através das parcerias traz maior dinamismo ao território e contribui na construção de uma agenda coletiva de planejamento da proteção social.

Assim, a operacionalização da política de assistência social em rede, com base no território, constitui um dos caminhos para superar a fragmentação na prática dessa política. Trabalhar em rede, nessa concepção territorial significa ir além da simples adesão, pois há necessidade de se romper com velhos paradigmas, em que as práticas se construíram historicamente pautadas na segmentação, na fragmentação e na focalização, e olhar para a realidade, considerando os novos desafios colocados pela dimensão do cotidiano, que se apresenta sob múltiplas formatações, exigindo enfrentamento de forma integrada e articulada. (MDS, 2004, p. 45).

Contudo, na perspectiva de Dirce Koga o problema da intersetorialidade está distante de ser resolvido, devido às incompatibilidades de áreas de abrangência dos diversos segmentos, onde cada qual possui uma visão distinta do território comum de atuação dificultando o diálogo entre os diversos atores e agentes no território (Koga, 2016).

Ainda na PNAS 2004, a menção ao território aparece no conceito de vigilância social, destacada como uma função da assistência social responsável pela mensuração de indicadores de risco sociais e violações de direitos que incidem sobre as famílias nos diferentes ciclos de vida. O objetivo é colher informações

como deficiência, abandono, violência e outros; e sistematizar os resultados para que os gestores e gestoras possam exercer a vigilância e o controle dos padrões dos serviços ofertados pela assistência social.

O texto da NOB/SUAS 2005 faz um complemento ao eixo da territorialização reforçando o território como local de planejamento e organização da rede socioassistencial e das ações de proteção, bem como fornece mais informações sobre o papel da vigilância social, no sentido de buscar conhecer o cotidiano da vida das famílias com o intuito de complementar a análise das médias estatísticas. Começa a esboçar, portanto, uma certa responsabilização da política de assistência social pelo território de vivência como um espaço de desenvolvimento de prevenção e monitoramento. (MDS, 2005, p.93). Da mesma forma, a lei 12.435 de 2011 que altera a LOAS (1993) e regulamenta a assistência social sob a forma do SUAS, faz menção ao território nos artigos 2º e 6º reforçando o papel protetivo da vigilância socioassistencial responsável por identificar e prevenir as situações de risco e vulnerabilidade social no território onde ocorrem concretamente (Brasil, 2011).

No tocante ao CRAS, a análise territorial desenvolvida pela vigilância socioassistencial é fundamental, sobretudo no sentido de complementar e atualizar o diagnóstico social do CRAS. Assim, o território torna-se uma base de dados que permite fazer o acompanhamento da presença ou não de vulnerabilidades perante os riscos sociais, de menor ou maior presença da atuação dos serviços oferecidos pelos CRAS e/ou pelos CREAS, bem como constatar como estão as condições gerais de vida da população existente naquele território.

Até 2018 ainda não tinha sido realizado pelo setor da vigilância socioassistencial da SMAS de Foz do Iguaçu nenhum diagnóstico social capaz de informar como a política pública dos 5 CRAS existentes estavam sendo construídas desde a inauguração em 2008.

Já a NOB/SUAS 2012 indica no capítulo III, que dispõe sobre os Planos de Assistência Social, a elaboração do diagnóstico socioterritorial em todas as esferas de governo a cada quadriênio. Isto significa que existe a necessidade de uma atualização contínua do diagnóstico socioterritorial, visto a dinâmica de vida dos territórios identificada a partir do conhecimento da realidade como uma forma de fazer a leitura social mais coerente com as demandas e potencialidades das famílias. Sendo assim, aumenta a possibilidade de definição de territórios

prioritários para a atuação da política de assistência social (Brasil, p.25). Em 2019 foi publicado em Foz do Iguaçu o primeiro relatório da SMAS sobre a execução do diagnóstico socioterritorial elaborado pela divisão de vigilância socioassistencial. Neste documento constam as informações sociais dos territórios e detalhamento quanto as regiões de abrangência de todos os CRAS, inclusive do CRAS Norte, dados sobre renda, pobreza e desigualdade, como também dados gerais sobre vulnerabilidade social, entre outros. A coordenadora Rosana do CRAS Norte nos informou que somente após a divulgação desse estudo conseguiu dimensionar o quão crítico é o cenário do território norte.

De forma mais atualizada e detalhada, está presente no Caderno 3 da Vigilância Socioassistencial (2013) uma discussão do diagnóstico socioterritorial baseada na PNAS 2004 e na NOB/SUAS 2012, o qual explicita que “a perspectiva da universalização e garantia do direito exige conhecer quantos são e onde estão os que demandam a atenção da assistência social” (p.29). Esse documento faz alusão ao conceito de “território usado”, elaborado pelo geógrafo Milton Santos (2002), para fundamentar a concepção do território de vivência como o escopo de análise mais relevante para construção da vigilância socioassistencial. Assim nos registros da vigilância socioassistencial cita Santos e complementa:

O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida”. Esta noção de território usado é muito valiosa para a política de assistência social, pois vai remeter ao território vivido ou ao território de vivência, do exercício da vida. (Santos apud Brasil, 2013, p.63).

A valorização do território de vivência passa a ampliar e qualificar o conceito de território que até então era utilizado nos primeiros textos da política de assistência social. Inclui, neste sentido, a questão crucial quanto à necessidade de valorizar os índices territoriais que emergem da vida cotidiana das famílias, isto é, reconhecer o território enquanto espaço de construção subjetiva dos cidadãos e cidadãs extrapolando a visão geoestatística mecanicista do diagnóstico socioterritorial.

O diagnóstico pode se tornar, então, uma ferramenta com potencial para tornar visível o “homem comum”, bem como para escutar essas vozes do

cotidiano. O “homem comum” precisa ser visto e escutado pela política de assistência social, não podendo ser diluído em meio às contagens e estatísticas genéricas em forma de público alvo, beneficiário ou usuário apenas. Dessa forma, o Diagnóstico Socioterritorial se configura como um processo de movimento/mobilização, que envolve diferentes informações e, ao mesmo tempo, diferentes atores da informação. (Brasil, 2013, p.67).

As diferentes facetas da vida social exigem adaptações a serem feitas na configuração da política de assistência social que ultrapassam a utilização administrativa do território. Nesse sentido, o CRAS não é só um equipamento alocado no território de vivência das famílias, mas também na visão de Melazzo e Nascimento

trata-se de um equipamento público fundamental que deve garantir a presença dos direitos sociais, de maneira descentralizada, como unidade de possibilidades de acesso aos direitos de proteção social e de efetivação da cidadania, e como referência no atendimento da população local, reconhecendo os diferentes processos que, em múltiplas escalas, ali se cruzam. (2013, p. 85).

Cada território é único e, portanto, cada CRAS terá desafios de territorialização que dizem respeito diretamente aos valores, comportamentos, desejos, disputas e necessidades dos sujeitos que ali (re) constroem suas vidas. No caso do CRAS Norte, os maiores desejos e necessidades que pudemos aferir durante as visitas e entrevistas com as famílias do Jd. Canadá foram de poderem ter melhores condições de acesso, dado a grande distância física entre sua sede e o bairro. Anseiam por mais presencialidade da equipe na comunidade, melhores condições de atendimento, além de atividades grupais envolvendo os moradores em geral.

Para Laisner e Pavarina, o CRAS enquanto produtor social, pode agregar novas perspectivas de desenvolvimento e dar suporte psicossocial para as famílias (2013, p.87). Enquanto produto social, tem capacidade de planejar o PAIF de acordo com a demanda e ofertar oportunidades reais de prevenção aos riscos sociais. Para tanto, é essencial que a equipe do CRAS exercite a habilidade de interpretar os indicadores do território de vivência para dar visibilidade aos que ocupam. Dessa forma, a vigilância socioassistencial tornou-se a bússola responsável pela elaboração do levantamento das necessidades e demandas do território de vivência em função da proximidade com a realidade social das famílias.

Neste sentido, aumenta o arcabouço de informações mais precisas e assertivas permitindo aos gestores e às gestoras tomarem decisões dos rumos da política pública com mais segurança e propriedade.

O desafio na área social é que a incompletude do dado estatístico precisa ser sanada, com aquilo que aparece somente quando estamos em contato direto com a população, tornando visível o que ainda está invisível para os dados e para a agenda pública. (Brasil, 2013, p.41).

No caso dos CRAS de Foz do Iguaçu, o Cadastro Único foi utilizado como base de dados estatísticos para realizar a sistematização das informações coletadas pela Divisão de Vigilância Socioassistencial e publicadas por Cabanha (2019). O CADÚNICO permite reunir com agilidade várias informações relevantes sobre os componentes das famílias e suas condições sociais, como por exemplo: renda familiar per capita, vinculação a programas sociais, despesas mensais, qualificação escolar, situação no mercado de trabalho, entre outros (Brasil, 2013). A potencialização dos resultados gerados pelo CADÚNICO pode ser realizada com o cruzamento de dados fornecidos por outros sistemas de informação, como por exemplo, o IBGE e a Rede SUAS, que é o sistema nacional de informação do SUAS responsável pela divulgação do Censo SUAS. Constam indicadores nacionais primordiais quanto à infraestrutura física e a oferta de serviços nos equipamentos públicos, perfil dos recursos humanos, entre outros (Brasil, 2013, p. 112). Inclusive os municípios que não preenchem mensalmente os dados para atualização das informações do Censo SUAS, podem sofrer sanções administrativas e até mesmo o bloqueio de recursos.

Percebe-se, com o desenvolvimento da Rede SUAS o esforço e a preocupação dos gestores e gestoras em aproximar-se de modo cada vez mais qualificado do contexto de atuação da política de assistência social. No entanto, os formuladores e formuladoras da política alertam para o risco desse sistema de informação da vigilância socioassistencial ficar subutilizado e tornar-se mais uma ferramenta que continua focando nos beneficiários do BPC e BF, sem ampliar as informações para outros segmentos da população prejudicando a visão de conjunto do território.

Deste modo, todo o atendimento do PAIF e planejamento do acompanhamento socioassistencial do CRAS pode estar comprometido só com as

listagens cadastrais imensas de beneficiários/as, distanciando a equipe do trabalho no próprio território de abrangência. Deve-se lembrar que a descentralização política administrativa proposta para os CRAS conforme regulamenta a PNAS 2004, está diretamente vinculada ao processo de territorialização e intersectorialidade, que não se faz nesse contexto cadastral. A política pública do CRAS não é gerenciamento de listas, pois do contrário não teria função o acompanhamento socioassistencial das famílias no território de vivência. Por este motivo nos interessa descortinar os processos de territorialização do CRAS Norte em Foz do Iguaçu a partir do Jd. Canadá, uma das localidades com maiores dificuldades de aproximação com a sede do CRAS.

As Particularidades do Processo de Territorialização do CRAS Norte

O CRAS Norte foi inaugurado em 2008 e inclui 10 bairros principais referenciados de acordo com a lei complementar 303/2018: Cidade Nova, Itaipu Binacional, Itaipu C, Polo Universitário, Itaipu A, Itaipu B, Porto Belo, Lancaster, KLP e Ipê, nos quais têm uma história que começa muito antes, nos anos da construção de Itaipu e todo processo complexo de urbanização da cidade. De acordo com Ribeiro (2015), a ocupação da região remonta a 1971. Num primeiro momento, quando muitas pessoas perdem suas moradias, por causa dos diversos processos de expropriações que ocorreram com o início da obra de Itaipu, devido às áreas de alagamento. Mais para o final das obras, em 1984, a ocupação da região se dá em função do processo de demissão em massa de vários trabalhadores e trabalhadoras.

Muitas ocupações irregulares pela cidade se intensificaram nesta época, com o predomínio de moradias nas margens dos rios Paraná e Boyci, sem nenhuma infraestrutura urbana básica e com grande risco de enchente. Merece mencionar que a empresa não impulsionou ou apoiou como parte de medidas mitigadoras, qualquer processo de urbanização em função do aumento do contingente populacional na cidade. A sua implantação autoritária, característica da ditadura empresarial-militar impacta a cidade e a região até hoje. Muitas famílias se submeteram a condições precárias de moradia, devido à ligação dessas áreas como rota do trabalho informal relacionado ao comércio na fronteira com o Paraguai, intensificado naquele período, e também pela proximidade do centro urbano

(Ribeiro, 2015). Com o objetivo de retirar essas famílias das margens do Paraná, em 1997, o então prefeito Harry Daijó, sob o pretexto de iniciar projetos de desfavelamento - provavelmente ligado a processos outros de valorização imobiliária da região central, realiza a

maior remoção da história do município de Foz do Iguaçu, corresponde ao deslocamento dos moradores das favelas da Marinha, Monsenhor, Cemitério e Bambu, tal processo foi realizado com a construção do Conjunto Habitacional Cidade Nova. (Ribeiro, 2015, p. 201).

Ao remover a população mais pobre para uma área periférica da cidade, o poder público provoca problemas sociais de diversas natureza desde a assistência, acompanhamento psicossocial e de suporte social, habitacional e jurídico, sem mencionar a precariedade infraestrutural dos locais para onde as populações são geralmente removidas. Em outras palavras, significa que este tipo de projeto mais compromete do que viabiliza a melhoria da qualidade de vida e o acesso ao direito à terra e à moradia às famílias envolvidas. Mesmo diante da resistência das famílias que preferiam a construção de novas moradias no mesmo local perto da área central, o prefeito Daijó insistiu na realocação da população para o Cidade Nova com a promessa da oferta da moradia junto com o trabalho. Foi usado como argumento, na época, que a proximidade do bairro com a Usina de Furnas possibilitaria a geração de emprego e renda, bem como o desenvolvimento da agricultura de subsistência devido às áreas rurais do bairro. (Ibidem).

Na primeira fase foram reassentadas 350 famílias no Conjunto Habitacional Cidade Nova I. No final dos anos 2000, outras famílias das mesmas quatro localidades (Marinha, Monsenhor, Cemitério e Bambu) somadas a famílias cadastradas no Fozhabita, provenientes do Jardim Paraná, Belvedere e Petrópolis foram morar no Conjunto Habitacional Cidade Nova II. Até 2014, na administração de Paulo Mac Donald, constavam novos conjuntos populares na região norte como o Vila Solidária I, Vila Solidária II, Loteamento Andradina e Loteamento Almada (Ibidem).

Portanto, a formação do bairro Cidade Nova, um dos principais bairros referenciados no CRAS Norte, se fez “a partir de projetos descritos em documentos oficiais como ação de “desfavelamento” e se configura como protótipo da “nova” urbanização-desurbanizante do município” (Ribeiro, 2015, p.252). Trata-

se, na realidade, de uma estratégia de maquiagem urbana, com a transferência de vários problemas sociais de lugar, com o objetivo de isolar e segregar as famílias de baixa renda para liberar a parte central de Foz do Iguaçu em benefício dos interesses do comércio, do turismo e da especulação imobiliária na região.

Em menos de dez anos a região norte/nordeste de Foz do Iguaçu recebeu cerca de 800 famílias, num processo marcado por tensões com a gestão municipal e muita violência entre os grupos rivais do tráfico de drogas que lutam pela apropriação de novo território do tráfico (Ibidem). Além disso, esse processo de desterritorialização-reterritorialização é complexo, pois envolve uma série de adaptações das famílias ao novo contexto de vida para sobreviverem, visto que precisarão pagar água e luz, no caso de prédios, nomear um síndico, seguir o calendário da coleta de lixo, compartilhar espaços de lazer, entre outros. Toda essa conjuntura histórica provocada pelo deslocamento forçado da população para o Cidade Nova gerou um crescimento elevado do número famílias para o CRAS Norte atender.

De 2008 a 2019, o CRAS tinha 5.885 famílias cadastradas, sendo 35% desse total, composto por famílias do bairro Cidade Nova. Não chega a mil o número de famílias cadastradas nos outros bairros, conforme mostra o quadro nº3 seguinte.

Quadro 3 – Famílias cadastradas no CRAS Norte.

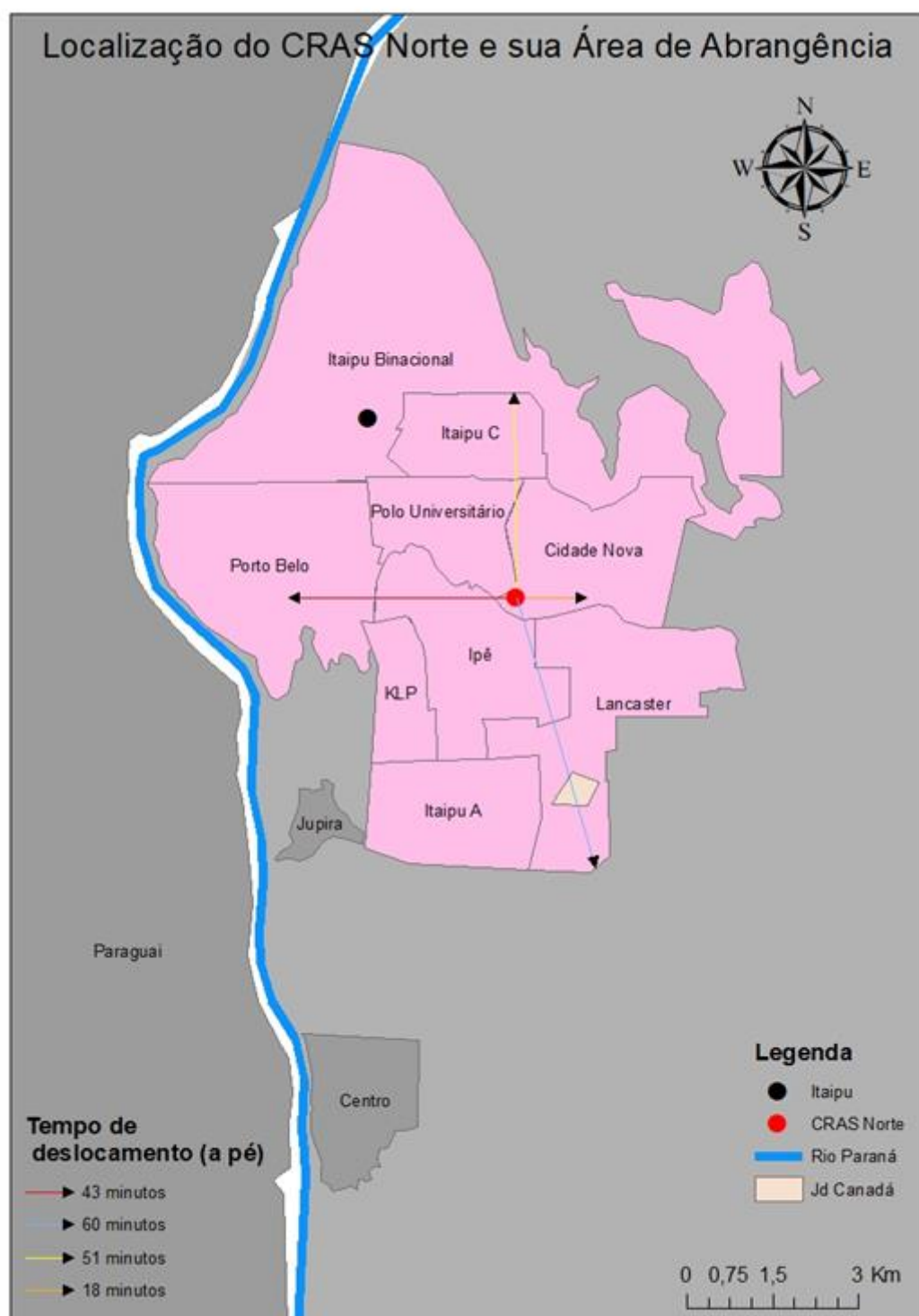
Bairro	Número de famílias cadastradas por bairro	Percentagem de famílias cadastradas por bairro
Itaipu C	997	17%
Porto Belo	923	16%
Pólo Universitário	517	9%
Cidade Nova	2.085	35%
KLP	322	5%
Ipê	340	6%
Lancaster (inclui o Jd. Canadá)*	575	10%
Itaipu A	46	1%
Outros	80	1%
Total de famílias	5.885	100%

Fonte: CRAS Norte, 2019, organizado pela autora.

* Na lei complementar 303 da PMFI de dezembro de 2018, o Jd. Canadá foi incluído no Bairro Lancaster

Apesar do bairro Cidade Nova ser um dos maiores bairros na área de abrangência do CRAS Norte, provavelmente um fator que facilitou o cadastramento dessa quantidade de famílias foi a proximidade física entre o bairro e a sede do CRAS.

Mapa 2 – Localização da sede do CRAS Norte e sua Área de Abrangência.



Elaborado por Diego Henrique Pereira e Rene Flores Ribeiro

Fonte: Mapa elaborado por Diego Henrique Pereira e Rene Flores Ribeiro para esta dissertação com base nos documentos fornecidos pelo CRAS Norte, 2019.

Como pode se observar no mapa acima o equipamento está localizado dentro do bairro Cidade Nova. No entanto, a sede está em um local

carente de transporte público e pouco acessível a maioria da população dos bairros abrangidos, comprometendo a garantia da referência da proteção social básica à população (Oliveira, 2011).

Na foto abaixo, mostra a casa antiga com descampado ao redor, que pouco mudou nos dias atuais, antes das obras de adaptação para transformar na sede oficial do CRAS Norte.

Foto 1 - Terreno do CRAS Norte com a casa antiga antes da reforma da sede atual. Percebe-se o descampado do entorno.



Fonte: Foto do Google Maps.

Foto 2 - Localização do CRAS Norte visto de cima.



Fonte: Foto do Google Maps.

Foto 3 – Sede do CRAS Norte visto de frente. É a única construção do quarteirão.



Fonte: Foto de Carina Freire, agosto de 2020.

Foto 4 - Imediações do terreno do CRAS Norte. Pode-se notar a falta de infraestrutura e vida urbana nas imediações do equipamento.



Fonte: Foto de Carina Freire, agosto de 2020.

Como podemos observar nas fotos acima, quem transita nas proximidades do CRAS Norte nos dias atuais, observa uma área totalmente desprovida de comércio e equipamentos sociais pois existem quarteirões imensos com espaços vazios, que não favorece a mobilidade das pessoas nas ruas, além de estar aproximadamente 2 horas de distância em transporte público, ou 1 hora a pé do bairro Jd. Canadá, o que equivale a 5 quilômetros de lonjura.

De acordo com Koga (2016) quando ocorre o desencontro da análise geoestatística do território com o território de vivência, o critério de inclusão se transforma rapidamente em critério de exclusão. No caso do CRAS Norte, o território extenso restringe e prejudica o atendimento social das famílias que estão mais distantes da sede.

Cabe ressaltar que, no ínterim da realização do presente estudo, o território do CRAS Norte era mais extenso e passou por uma revisão. Em outubro de 2019 o bairro Jupira, que antes pertencia a sua área de abrangência, teve seu território realocado e incorporado ao CRAS Oeste. O motivo foi justamente a distância que impactava diretamente no atendimento do CRAS Norte às famílias desta região, bem como as queixas dos usuários e usuárias quanto à dificuldade de acessibilidade.

Outro fato importante, é que o mapa nº2 acima, elaborado para esta dissertação, foi o primeiro na história do CRAS Norte, que até então não dispunha de um mapa de sua área de abrangência com a localização do CRAS representada. Apesar da mudança territorial feita em 2019, constatamos nos relatos de todas as

entrevistadas e coordenadoras queixas relacionadas à distância e dificuldade de acesso ao CRAS.

No dia do grupo socioeducativo no Jd. Canadá compareceram 13 mulheres ao todo que enfatizaram o problema da distância e da falta de opção de transporte público circulando no território. Por este motivo, a maioria delas relatou que vão a pé e em grupo por questão de segurança, pois passam em locais ermos e isolados.

Foto 5 - Galpão da Associação de Moradores do Jd. Canadá onde ocorreu o GSE.



Fonte: Acervo da autora, dezembro de 2019.

Como podemos observar na foto acima o galpão da associação dos moradores do Jd. Canadá é um espaço adaptado. A sede da Associação é utilizada para missas, velórios, apresentações culturais, reuniões, entre outros. Fica na entrada do bairro, na avenida principal de acesso. Mesmo a sede sendo um barracão sem infraestrutura, com luminosidade precária, sem ventilação adequada, com bancos e cadeiras desgastados, é um espaço que garante os encontros coletivos das mais diversas naturezas, visto que possibilita a aproximação com a comunidade devido à localização dentro do território.

Igualmente, para as 5 sujeitas entrevistadas o acesso ao CRAS Norte também é uma jornada longa e exaustiva a pé, uma vez que enfrentam a distância de cinco quilômetros caminhando cerca de uma hora. Podemos verificar essa situação expressa nos relatos abaixo, obtidos em janeiro de 2020, de Adriana, Berenice, Célia e Dora respectivamente (grifo nosso):

é muito longe, não tem condições né, mas muitas vezes a gente foi a pé. Agora que tem o Uber né dá pra ir dependendo do horário que a gente chama pra ir é muito caro. Se a gente não tem dinheiro tem que ir a pé mesmo.

pra ir de ônibus não tem como, porque daqui onde nós mora pegar ônibus direto pra lá não tem ou a gente tem que subir lá em cima ou lá embaixo. Todo o tempo que a gente perde no ponto esperando compensa a gente ir a pé, porque tipo assim demora menos.

uma vez saímo daqui de casa 4 da manhã, né? de a pé, né, porque só tinha seis ficha né pra passar com a assistente social tinha que ser aquele dia e daí nós fumo bem cedo ...de a pé né com a cesta nas costas no sol de rachar né.

então a maioria das vezes que eu sempre vou foi a pé, sempre a pé, **a gente combina umas quatro cinco mulher vizinha né a gente sai bem cedinho...** garante a vaga né... sozinha sozinha de tudo eu vou lá pra sete horas né eu tenho medo de andar na rua... se ir sem criança base de uma hora [a pé] eu tô lá.

O problema da distância e do acesso também permeiam a rotina de trabalho da equipe do CRAS. Para a primeira coordenadora do CRAS Norte, Luiza (2008-2018), a falta de uma estrutura de trabalho mais adequada para atender às famílias agrava mais o problema da amplitude da área de abrangência. A sua gestão enfrentava problemas como: equipe mínima, muita demanda para atender o CADÚNICO e somente um carro disponível cedido pela PMFI para realizar todas as visitas domiciliares e de busca ativa do território. Com isso, as famílias de bairros mais distantes tinham atendimentos pontuais, como era o caso do Jardim Canadá, pois ficava - e ainda fica - longe para realizar um acompanhamento familiar com mais frequência, além da dificuldade de transporte que também prejudica o deslocamento da equipe.

Na opinião da coordenadora Rosana, a localização do CRAS é bastante insatisfatória. Ela ressalta ainda o problema de o equipamento ter sido adaptado, pois era uma casa antiga e não foi construído, portanto, com o intuito de abrigar a sede de um CRAS que tem as suas especificidades de necessidades espaciais, inclusive de acessibilidade que são precariamente atendidas nessa edificação.

Foto 6- Fachada do CRAS Norte.



Fonte: Foto de Carina Freire, dezembro de 2019.

Foto 7- Recepção do CRAS Norte.



Fonte: Foto de Carina Freire, dezembro de 2019

Foto 8- Saguão de espera do CRAS Norte.



Fonte: Foto de Carina Freire, dezembro de 2019.

É possível notar, pelas fotos, a recepção do CRAS Norte não é humanizada, com pouco conforto, estreita, sem cor e plantas, nem frases de boas-vindas, ou seja, um ambiente sem elementos que interagem com as pessoas. Já na entrada deparamos com um banner da polícia civil que chama mais atenção do que o local onde fica a recepcionista causando um impacto negativo no acolhimento, dando um tom policialesco a um ambiente que deveria ser totalmente voltado para o acolhimento social. Após a triagem inicial quem permanece no saguão de espera conta apenas com uma televisão para se entreter e pouco espaço interno para circular enquanto aguarda o atendimento. Segue abaixo o quadro nº4 explicitando a quantidade de atendimento por tipo de serviço prestado no CRAS Norte em 2018.

Quadro 4- Quantidade de atendimentos prestados pelo CRAS Norte às famílias do território de abrangência em 2018.

Atendimentos / Serviços Prestados	Quantidade
Recepção	7729
Atendimento Individual	504
Atendimento de família	496
Visitas domiciliares	338
Visitas institucionais	59
Inclusão no CADÚNICO	1093
Cadastro programa do leite	166
Benefício de Prestação Continuada (LOAS)	161
Cesta básica	278
Carteira do idoso	55
Declaração de viagem idoso	19
Encaminhamentos (saúde, educação, habitação e justiça)	133

Fonte: Dados cedidos pelo CRAS Norte referente ao relatório dos serviços prestados de janeiro a outubro de 2018.

De acordo com as informações acima, observamos que os serviços socioassistenciais oriundos do CADÚNICO, principalmente em função do bolsa família é a razão principal da busca de atendimento das famílias em geral cadastradas no CRAS Norte. As entrevistadas do Jd. Canadá basicamente procuram os serviços em função do bolsa-família e aproveitam para ver outros documentos ou atividades, como se nota nos relatos abaixo (grifos nossos):

quando começar às aulas vou ter que ir **no CRAS para atualizar o bolsa família, pegar o papel do Foz Habita, uma declaração pro médico.** (Adriana, Janeiro, 2020).

atualizar bolsa família, negócio de documento de alguma coisa que a gente precisa pra levar, né? (Berenice, Janeiro, 2020).

atualizar bolsa família, fui de trás de cesta, né? porque assim, tava precisando não tinha bico nenhum tava feia a situação... **a gente depende lá do CRAS, né?** (Celia, Janeiro, 2020).

então, **eu vou no CRAS quando eu preciso de algum documento**, né, pra levar na escola, quando preciso de alguma declaração, porque a gente aqui não tem declaração [comprovante endereço], a gente não paga nem água e nem luz. Então, daí a gente precisa pra levar em algum lugar no centro... meu marido não tinha documento nenhum então corrijo atrás **ponhei ele no bolsa família...** a gente não tava muito fácil em casa e fui lá pedi cesta básica eles me deram e **a gente trazemo nas costas no sol quente menina depois fiquei três dia de cama, né?** (Dora, Janeiro, 2020).

eu vou pra sim que nem **renovar bolsa família**, essas coisa e o benefício do piá né, documento, né, **e o cadastro do leite**, só isso que eu vou mesmo. (Elenice, Janeiro, 2020).

Destacamos também que a maioria dos serviços ocorrem dentro do equipamento, com exceção das visitas, absorvendo de forma significativa a rotina de trabalho da equipe do CRAS Norte. Este trabalho do dia a dia com as famílias é ponto central no planejamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), pela aproximação que acontece entre a equipe do CRAS e seus membros. Assim, de caso em caso, as demandas do território de vivência aparecem e a partir delas que o planejamento da oferta dos outros serviços do CRAS se organiza.

Os serviços ofertados, portanto, são bem mais amplos do que o acolhimento, a orientação e o encaminhamento, e não se restringe somente às famílias beneficiárias de programas de transferência de renda e do BPC. Viabilizar o acesso às informações quanto aos demais serviços que o CRAS Norte oferece pode ampliar os horizontes das famílias referenciadas no que se refere a aspectos relacionados à formação profissional, ao conhecimento sobre temas sociais relevantes, as oportunidades de lazer e socialização com pessoas diferentes, entre outros. Em 2019 o CRAS Norte divulgou, entre outras coisas, na sua página no facebook⁷:

⁷ <https://www.facebook.com/crasnortefoz/>

- vagas e cadastro de reserva para estágio remunerado para estudantes;
- vagas de emprego, mensalmente, da agência do trabalhador de Foz do Iguaçu para adultos/as;
- inscrições para os programas da Guarda-Mirim e Trilha Jovem, que são serviços de inserção protegida no trabalho, no caso específico de adolescentes entre 16 e 18 anos, mediante contrato temporário de trabalho com acompanhamento social;
- o Projeto Social Caminhos, para crianças e adolescentes em parceria com a Escola Municipal Jorge Amado, com direito a reforço escolar, acompanhamento psicológico e social, curso de idiomas, atividades poliesportivas, etc.;
- palestras, dinâmicas e rodas de conversa sobre temas relevantes como: Outubro Rosa, Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa, Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes;
- eventos comemorativos: Festa-junina, dia das crianças, dia da beleza;
- oficinas de circo, de desenho e pintura e de crochê.

É papel do CRAS organizar, estruturar, informar e convocar a comunidade para conhecer espaços diferentes e vivenciar experiências que potencializam a autoestima, sustentabilidade, cidadania e que ampliem o universo cultural e de conhecimento da comunidade abrangida.

Especificamente no caso das famílias entrevistadas do Jd. Canadá o CADÚNICO e a Oficina de Convivência do CAIA Canadá são portas de entrada importantes, mas que por si só não são suficientes. Das cinco entrevistadas somente uma informou que ocorreu visita domiciliar em 2017 quando passou a receber o BF, o restante das entrevistadas percebe e enfatiza que seria importante a equipe conhecer a realidade delas, como se percebe dos relatos:

eles não vem na casa da gente pra ver a necessidade da gente. Já faz cinco anos que eu tô aqui eles nunca vem visitar nós. (Adriana, Janeiro, 2020).

desde os 17 anos que eu tenho o bolsa família se eu falar que o pessoal do CRAS veio uma vez na minha casa, não veio. (Berenice, Janeiro, 2020).

é muito bom né... vieram uma vez logo quando no início [2017] fui fazer o coisa do bolsa família eles vieram, só também..oiá como a gente sobrevive né, fazer visita mais frequente (Célia, Janeiro, 2020).

Em seguida, da foto nº 9 a nº12, apresentamos alguns locais do bairro Jd. Canadá.

Foto 9- Bairro Jd. Canadá.



Fonte: Acervo da autora, agosto de 2020.

Foto 10- Bairro. Jd. Canadá.



Fonte: Acervo da autora, agosto de 2020.

Foto 11- Bairro Jd. Canadá.



Fonte: Acervo da autora, agosto de 2020.

Foto 12- Bairro Jd. Canadá.



Fonte: Acervo da autora, agosto de 2020.

Podemos observar nas fotos acima que as ruas do bairro Jd. Canadá não tem uma infraestrutura de saneamento básico faltando serviços de escoamento e drenagem pluvial para conter o alagamento, limpeza urbana, sistema de esgotamento sanitário e asfaltamento. Tais circunstâncias não oferecem condições de saúde para a população que está exposta a uma série de doenças como dengue, toxoplasmose, leptospirose, entre outras, que podem ser transmitidas pela água contaminada, quadro que se agrava nos períodos de chuva com perigo de enchente do rio Boicy que atravessa o bairro. Esta realidade urbana insalubre enfrentada cotidianamente pelas entrevistadas agrava o problema da situação de risco e vulnerabilidade social.

Outro fator que observamos nas entrevistas foi que a satisfação quanto à qualidade do atendimento do CRAS Norte para as famílias do Jd. Canadá, está relacionada aos tipos de serviços que mais procuram, influenciando deste modo a opinião de cada uma, como nesses dois relatos, muitas vezes, inclusive uma compreensão da política como caridade e não como direito:

a gente agradece a Deus que a gente ganha a cesta né não importa o jeito que a gente vai trazer... já é difícil esperar com a barriga cheia, imagina com a barriga vazia, mas a gente consegue, né? (Célia, Janeiro, 2020).

eu não tenho do que reclamar do CRAS, sempre fui lá, sempre bem atendida, nunca me trataram mal. Eu vou no CRAS quando a gente precisa mesmo, entendeu? Eles nunca me negaram, entendeu? Só quando eles não tem mesmo (Dora, Janeiro, 2020).

Foi muito questionada também pelas entrevistadas sobre a forma como o CRAS Norte organiza o atendimento, pois pode levar a que as pessoas percam a viagem até a sede já que não é realizado o agendamento prévio e a distribuição das senhas ocorre por ordem de chegada, além do preferencial. Para quem leva cerca de uma hora a pé ou quase duas horas de transporte público nesse deslocamento, este tipo de organização é bastante desencorajador.

De acordo com as informações dadas pela atual coordenadora Rosana, na rotina diária do CRAS Norte são distribuídas ao todo doze senhas, sendo seis pela manhã e outras seis pela tarde, para o atendimento com a assistente social, que incluem serviços de concessão de cestas básicas distribuídas em meses alternados, a realização de documentos como certidão de casamento, nascimento e encaminhamentos em geral. As famílias do Jd. Canadá, que têm imensas dificuldades para chegar até a sede, quando fazem esta viagem querem (ou precisam) ser atendidas no mesmo dia, mesmo se demorar. Para não voltarem no dia seguinte, as famílias vão pela manhã para esperar a distribuição da senha da tarde. Dois trechos em seguida expressam essa realidade enfrentada por Adriana e Berenice (grifos nossos).

Só tem seis senha pra passar com a assistente social **cê tem q tá lá umas cinco da manhã**, se não cê não consegue. Acho que tem seis [senhas] de manhã e seis [senhas] a tarde só. Eu acho **muito mais fácil conversar com a psicóloga do que com a assistente social**, porque às vezes cê não consegue e demora demais. Nós fiquemo **das seis da manhã até meio dia sem comer nada**. Só água, água, não tem nada procê comer, nenhum mercadinho pra comprar alguma coisa procê comer. Eles podia dá um café e umas bolacha pro pessoal né? (Adriana, Janeiro, 2020).

Daí **você fica sentada ali o dia inteiro só na água, deu fome, dale água!** E demora, e demora, daí comecei a reclamar. Pedi um café e nada, os outro também começou a reclamar e daí eles arrumaram um chá, um leite e um café, ótimo, já tirou o buraco do estômago. Mas, depois que você pega a senha e entra lá pra dentro é um tal de sistema cair de sistema voltar, mas você faz e você pode ir embora...tipo assim só o que eu acho mais difícil né tanto pra ir, é sim você chegar lá e **tem vez ou que você fica o dia inteiro lá ou você tem que voltar pra você tentar a sorte no outro dia**. (Berenice, Janeiro, 2020).

Ficam, portanto, praticamente o dia todo aguardando atendimento, sem opção de local próximo ao CRAS Norte para fazer um lanche. Pelo contrário, a sede é no meio de um descampado com absolutamente nenhuma vida urbana ao redor. Toda essa jornada é bastante desmotivadora para as famílias e é mais uma carga de trabalho e tempo que recai sobre as mulheres.

Então, ultrapassadas essas dificuldades física da distância e da logística das senhas, verificamos que as famílias ficam satisfeitas no momento em que se sentem seguras do atendimento, acolhidas em suas demandas e necessidades, quando recebem orientações, encaminhamentos e têm os seus direitos garantidos - apesar da distância, da demora e da fome. Ao passo que, nas situações em que as famílias não conseguem o atendimento o nível de insatisfação é bastante elevado, em função do sacrifício de acordarem cedo e irem a pé até o CRAS, o que gera enorme frustração.

O fato da Oficina de Convivência do CAIA ocorrer dentro do território, na Associação de Moradores do Jd. Canadá, é um dos principais motivos de satisfação de atendimento do CRAS para as famílias.

No entanto, os aspectos físicos, não são os mais relevantes. As moradoras e moradores reconhecem o valor do trabalho da Associação, especialmente com as atividades com as crianças, como por exemplo, disciplina e comprometimento nos estudos, educação, responsabilização, bem como relatam com felicidade poder vê-las passear e conhecer locais turísticos da cidade, além de ganharem presentes no natal:

Eu vou lá no CAIA e conto o que eles tão fazendo aqui em casa, aí eles sossega, né. Só tem essa oficina desde que cheguei aqui, pras mãe mesmo não tem nada, né. Eles adoram, é muito bom. Acho que não tem vaga né, no CAIA pra criança entrar. Tem criança na fila de espera (Adriana, Janeiro, 2020).

A gente vai lá no CAIA, a gente gosta, a gente brinca, a gente estuda, a gente senta na roda de conversa, depois a gente vai brincar, faze passeio... gosto de brincar de vôlei... gosto da colônia de férias (Filhos de Berenice, Janeiro, 2020).

Quanto às vulnerabilidades identificadas, convém destacar que a baixa escolaridade e baixa renda são as principais que agravam sobretudo a condição de pobreza das famílias entrevistadas do Jardim Canadá. Este é o caso de Adriana, cuja renda familiar é proveniente do bolsa família, um salário mínimo custeado pela Associação Fraternidade Aliança (AFA) e dos serviços avulsos que o

marido faz com a reciclagem de pneus. O marido tem o primeiro grau incompleto e Adriana é analfabeta. Ela decidiu se matricular na Educação de Jovens e Adultos (EJA) para 2020, por causa da sua dificuldade para ler e entender as coisas, como por exemplo os exames e as receitas médicas da filha. Sua filha mais nova tem glaucoma e precisa fazer acompanhamento médico frequentemente em Curitiba, além de outro filho que tem Transtorno e Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e toma remédio controlado.

com mil reais cê não faz nada hoje em dia, né? Ainda mais eu que tenho seis criança, só de material escolar deu R\$650,00. Daí tem a comida, o gás. Ele não tem serviço fichado, ele trabalha numa reciclagem de pneu que eles pegam da rua né, ele também não tem salário, só dá pro básico. A gente passa dificuldade no mês (Adriana, Janeiro, 2020).

Eu me matriculei agora, tô começando do começo, porque é tão difícil pra mim, né? Às vezes eles dão um papel pra gente e a gente nem sabe o que está escrito né e tem que tá pedindo pras pessoas ter que ficar lendo pra gente, né? (Adriana, Janeiro, 2020).

Berenice também tem a renda familiar oriunda do bolsa família, do trabalho do companheiro como ajudante de pedreiro e ela ainda complementa a renda fazendo faxina esporadicamente. Diz ela: “vivemo só com o bolsa família e da renda dele... é mais como ajudante de pedreiro”. Assim como a família de Adriana tem baixa escolaridade, Berenice e o companheiro têm o ensino fundamental incompleto. O mesmo se repete com Célia, Dora e Elenice, todas analfabetas, assim como o companheiro de Dora. Suas famílias têm no Bolsa Família a principal renda familiar. Célia e Dora complementam a renda com serviços avulsos, no caso de Dora, são serviços de reciclagem. Ambos maridos de Dora e de Elenice trabalham como pedreiro, o que aumenta a renda familiar. Elenice tem filhos gêmeos de 10 anos, que possuem dificuldade de aprendizagem. O menino estuda na APAE e a menina está na classe especial.

Em outras palavras, todas as entrevistadas têm como renda familiar predominante o Bolsa Família e apresentam baixa ou nenhuma escolaridade. Diante desse quadro de vulnerabilidades fica evidente uma demanda em potencial de planejamento para estruturar as ações do PAIF destas famílias, antes mesmo de qualquer outra intervenção do CRAS Norte no território do Jardim Canadá. Para tanto, faz-se necessário ajudar as famílias na superação destas vulnerabilidades, uma vez que cabe ao CRAS enquanto política pública garantir a inclusão via

articulação com as escolas municipais, assim como parcerias de oferta de emprego no território norte.

Além disso, importa ressaltar que famílias paraguaias residentes da área de abrangência do CRAS Norte que apresentam a vulnerabilidade de renda não têm sido contempladas, por não serem portadoras de documentos brasileiros, apesar de morarem há alguns anos no país. Uma parcela considerável da população da zona norte da cidade é de paraguaios e paraguaias, devido à proximidade com a ponte da Amizade. No Jd. Canadá tivemos os relatos sobre essas famílias, como conta Berenice:

Quem não vai é só essa paraguaia aqui e aquela outra paraguaia lá do lado... elas têm documento paraguaio daí elas não vão [no CRAS], o resto vai querendo ou não, é uma coisa que a gente precisa ir (Berenice, Janeiro, 2020).

A outra entrevistada, Célia, mesmo morando praticamente sua vida toda no Paraguai e ter mudado em 2017 para o Jd. Canadá, conseguiu a documentação brasileira por ter nascido no Brasil garantindo, portanto, seus direitos com relação aos benefícios oriundos do CADÚNICO junto ao CRAS e outras instituições brasileiras. Diz ela: “tava mexendo com os documento né? Os documento era paraguaio e daí até transferi né, pra brasileiro” (Janeiro, 2020).

Constatamos esta lacuna da cobertura da proteção social através dos casos das famílias paraguaias que vivem no Jd. Canadá sem documentação, inabilitadas quanto ao direito de acessarem os benefícios ofertados pelo CADÚNICO, mesmo em situação de pobreza. Para Ugoski et al (2013)

ainda que identificados no território pelo sistema de vigilância socioassistencial, não é assegurado a estes indivíduos/famílias o acesso aos direitos sociais, conforme prescreve o princípio da universalidade, ainda que haja condições materiais de acesso, por restrição jurídica. Isto por que predomina a concepção de cidadania atrelada ao Estado de origem, ficando a universalidade presa à nacionalidade. (2013, p.7).

Os princípios da seguridade social que alicerçam as normativas da política de assistência social, e que são utilizados para direcionar a materialização da proteção social remontam a discussão realizada desde o primeiro capítulo da presente pesquisa, onde vimos que a história da assistência social em Foz do Iguaçu é uma representação a nível Brasil, dos desafios enfrentados para tornar-se uma política social de direitos prestados para quem dela necessitar. Contudo, na

realidade da fronteira entre Foz do Iguaçu e o Paraguai, sobretudo a função do princípio da universalidade não se aplica aos cidadãos e cidadãs transfronteiriços que são identificados no território pela equipe do CRAS. Neste aspecto, o furo da universalidade na legislação é outro indicador que aparece nas particularidades do território vivido do Jd. Canadá representando uma situação problemática para a gestão do SUAS de Foz do Iguaçu.

A gestão da assistência social na fronteira necessita aprofundar o debate sobre a consolidação da proteção social sem fronteiras geográficas. Uma possibilidade é mostrar as práticas que têm viabilizado alguns atendimentos socioassistenciais a cidadãos e cidadãs transfronteiriços, graças a acordos entre equipes e gestores de cidades gêmeas, que exemplifique o tratamento dado no sentido de viabilizar ações que promovam a inclusão do transfronteiriço, posto que, vulnerabilidade e risco social não escolhem cidadania ou país de origem”. (Ugoski et al, 2013, p.7).

Neste aspecto, o CRAS Norte ainda procura atender de alguma forma as famílias paraguaias, contudo, maior detalhamento de como cada CRAS em Foz do Iguaçu atende estas famílias faz-se necessário. A falta de padronização do atendimento socioassistencial para a população transfronteiriça, portanto, pode permitir que cada gestor faça de um modo, comprometendo a credibilidade da política de assistência social no município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como é a política de assistência social em Foz do Iguaçu? Tem CRAS? Quantos são na cidade? E o CRAS Norte? Como é seu território de abrangência? Como é realizado o trabalho do CRAS no território? Como ocorre o processo de territorialização? Essas foram as principais questões que motivaram a presente pesquisa, as quais procuramos respostas e fizemos aproximações importantes.

Iniciamos com uma breve contextualização histórica da assistência social no Brasil. Foi necessária muita luta - e ainda é - para garantir que a assistência social fosse mantida no mesmo grau de importância junto com a saúde e a previdência social como um pilar da seguridade social no Brasil. Em Foz do Iguaçu não foi diferente. Foram muitos anos e muita luta para a implementação do SUAS na cidade. Pouca abertura na agenda pública foi dada nos anos 2000 para a política de assistência social. Foi o esforço e persistência do CMAS que materializou o SUAS local. Se atualmente podemos dissertar sobre o CRAS Norte, devemos ressaltar o protagonismo e lutas dos atores sociais que nos antecederam como foi o caso do CMAS que implementou com esmero o SUAS na cidade conforme a lei.

Por sua vez, a gestão municipal com a política de “desfavelamento” do centro da cidade deu origem ao bairro Cidade Nova, local atual da sede do CRAS Norte por nós analisado. Este histórico violento de formação do território colabora enormemente para que CRAS Norte tenha os piores índices entre os CRAS da cidade em matéria de vulnerabilidade social relacionada à situação de pobreza e em número de casos de violência intrafamiliar atendidos pelo CREAS 1. Isto é, ao analisar as políticas de proteção básica e sua territorialização é possível demonstrar o efeito negativo não só urbano, mas sobretudo o impacto social das políticas de remoção. O deslocamento das pessoas da região central para o norte da cidade teve uma repercussão significativa na proteção social básica e especial do SUAS.

A chegada do CRAS Norte no bairro Cidade Nova já vem com um precedente de territorialização complexo, dos onze anos que antecederam sua inauguração em 2008, já inserido em problemas sociais acumulados. Desta forma, é compreensível não só pela proximidade física, mas por todo esse histórico, que 35% do total de cadastros sejam de famílias do bairro Cidade Nova, quase a metade prevista de famílias para um CRAS em uma cidade com o porte de Foz de Iguaçu.

Outro problema no processo de territorialização do CRAS Norte, como vimos, é a extensão do território de abrangência, que não ajuda na movimentação da equipe no geral, e nem das famílias no caso específico do bairro Jardim Canadá. Praticamente não há ou há muito pouco acesso funcional para atender 65% das famílias do seu território de abrangência. É preciso rever na PNAS, com urgência, o desenho territorial dos CRAS, no sentido de levar mais em consideração a utilização do transporte público, ou seja, a acessibilidade ao equipamento, do que o número de famílias atendidas. No caso da região norte de Foz do Iguaçu, uma nova unidade do CRAS poderia ofertar mais qualidade e estrutura para o território oferecendo mais centralidade e melhoria no acesso das famílias. Desse modo, poderia-se minimizar a situação de vulnerabilidade e risco social local, bem como dividir o impacto dos problemas sociais mais graves da cidade, os quais a equipe do CRAS Norte é a única que suporta até o momento.

Atualmente o município possui apenas 05 CRAS e não atende os parâmetros previstos na PNAS, pois teriam que dobrar o número de CRAS na cidade visto que cada um está referenciando 50 mil famílias. Não mais importante do que aumentar a quantidade é necessário também primar pela localização adequada do equipamento facilitando a acessibilidade, bem como a qualidade na construção das edificações conforme às normas para evitar às obras de adaptações provisórias, que comprometem o acolhimento adequado às famílias, além da funcionalidade do trabalho da equipe.

Surpreendentemente, mesmo com todos os obstáculos impostos pela distância e formas de acesso ao CRAS, na percepção das famílias entrevistadas do Jd. Canadá as moradoras e moradores que conhecem o bairro acessam os serviços do CRAS Norte. Seriam necessários estudos complementares, fora do escopo dessa dissertação para compreender melhor essa questão em seu caráter quantitativo, que não foi o objetivo deste trabalho.

De qualquer maneira, percebemos que há um risco considerável que o bairro Jardim Canadá passe despercebido do planejamento do PAIF do CRAS Norte. Provavelmente, devido a toda complexidade, tamanho do território e falta de acesso à sede, outras famílias dos demais bairros da área de abrangência correm o mesmo risco. Em outras palavras, seriam importantes estudos que pudessem tornar visíveis as situações de vulnerabilidade e riscos sociais do território de vivência que não estão sendo mapeados e prevenidos na configuração atual do

equipamento, seu território, equipe e infraestrutura disponível.

Outro aspecto relevante é a descontinuidade na coordenação da equipe do CRAS Norte. Durante outubro/2018 a outubro/2019, no intervalo de apenas 12 meses de elaboração do trabalho de campo da dissertação a coordenação do CRAS Norte foi alterada 4 vezes. A descontinuidade das ações pode gerar retrabalho e fragilizar o andamento do processo da proteção social no território. O fortalecimento da rede de serviço socioassistencial fica comprometida pela falta de continuidade dos fluxos acordados anteriormente pelos gestores ou gestoras anteriores do CRAS com as demais instituições do território. Sendo assim, não tem como estruturar um trabalho de articulação de rede e de mobilização comunitária de modo satisfatório que podem ampliar o processo de intersetorialidade do CRAS Norte.

No que tange ao Jd. Canadá, a equipe do CRAS Norte mesmo com todas as adversidades históricas, geográficas, de rotatividade de recursos humanos, de precariedade das condições de trabalho, ainda consegue levar timidamente para as cinco famílias do Jardim Canadá a segurança de acolhida e a segurança de convívio familiar e comunitário. Contudo, algumas medidas simples poderiam colaborar para um melhor atendimento das famílias, tais como:

- a implementação de um rodízio de bairros em dias da semana determinados;
- aumentar o número de visitas;
- oferecer mais espaços de convivência na própria comunidade;
- criar equipes volantes no território;
- ou ainda, criar o CRAS itinerante.

Com o mesmo objetivo, seria necessário fomentar um trabalho de mobilização pela equipe do CRAS Norte no território do Jd. Canadá. Isto é, realizar uma série de atividades que também são essenciais no PAIF como: conhecimento do território, grupos de famílias, atividades comunitárias voltadas para as mães e mulheres da comunidade, campanhas socioeducativas e consolidação de parcerias através de articulação da rede socioassistencial. Com isso, aumentam as oportunidades para ampliar a cobertura da proteção social básica para além dos muros do CRAS Norte e ajudam a contextualizar a equipe sobre as situações de risco e vulnerabilidades vivenciadas pelas famílias.

Por sua vez, será importante levar a conhecimento do CMAS a importância de dar visibilidade aos indicadores do território de vivência na tentativa

de mudar a situação de espera com relação aos registros de violações de direitos e à fila para atendimento no CREAS 1 do território de abrangência do CRAS Norte. A fila de espera das violações e da pobreza irão durar até que medidas de planejamento da gestão municipal e da secretaria de assistência social contemplem a região do território do CRAS Norte, o que poderia ser provocado pelo CMAS em favor da reversão desse quadro.

Finalmente, esse trabalho revela duas lacunas de extrema importância de serem sanadas em termos da legislação federal: 1. os parâmetros da dimensão territorial para implantação de CRAS e 2. a exclusão do acesso a direitos a residentes estrangeiros e estrangeiras em cidades de fronteira.

Quanto **aos aspectos da dimensão territorial** que tratam as instruções normativas da política de assistência social, constatamos que a realidade da maior parte dos municípios do país, inclusive Foz do Iguaçu, não são contemplados pelos padrões estabelecidos na PNAS, na medida em que sua extensão territorial e densidade demográfica demandam um maior número de CRAS e menos por região de abrangência para viabilizar um atendimento mais adequado. Dito de outra forma, na revisão da PNAS seria fundamental rever os indicadores para uma melhor adequação à realidade dos municípios brasileiros, que não é a da grande cidade ou a da metrópole, para que se consiga operacionalizar de modo mais eficiente a política pública do CRAS.

Outra lacuna na legislação é **um tratamento adequado nos parâmetros legais para os municípios fronteiriços**, como estes devem assumir a proteção social nos territórios de fronteira em sobretudo, das famílias pobres que moram em território brasileiro há anos sem qualquer documentação brasileira. O que acontece em Foz do Iguaçu deve muito provavelmente acontecer ao longo dos quase 17 mil quilômetros de fronteira terrestre que o Brasil faz com diversos países na América do Sul. As inúmeras famílias paraguaias moradoras do bairro Jd. Canadá não têm acesso aos benefícios sociais do CADÚNICO oferecidos no CRAS Norte, devido a questão da cidadania brasileira está atrelada ao estado de origem que a pessoa nasceu, impedindo dessa forma a retirada de documentos brasileiros (CPF) e, conseqüentemente, o acesso aos serviços. Cabe, portanto, adequar a legislação diante desse contexto e criar critérios de inclusão para as famílias estrangeiras aos direitos socioassistenciais, mesmo quando indocumentada. Afinal, deveriam ser as pessoas e não os papéis a importar, como diz Mano Chao: “Me

dicen el clandestino / Por no llevar papel [....] Soy una raya en el mar / Fantasma en la ciudad / Mi vida va prohibida / Dice la autoridad”. Nos parece, inclusive, caber aos CRAS nas cidades de fronteira auxiliar estas famílias com a sua regularização no país, sem negar acesso aos demais direitos quando indocumentados/as, aos moldes como atualmente já faz o CRAS Norte quando encaminha os casos para a Casa do Migrante, além de realizar o cadastro familiar e o atendimento aos demais serviços normalmente.

Chegando ao final desse percurso de pesquisa, constatamos que apesar do trabalho ter como foco o CRAS Norte, mais especificamente o Jd. Canadá, pudemos vislumbrar questões que vão desde uma necessidade de melhorias na rotina de atendimento, a inserção de pauta no CMAS, até alterações fundamentais a serem feitas na PNAS. Percebemos que na combinação descentralização/territorialização é preciso ir ao território vivido para levantar as discrepâncias que aumentam a distância da política pública ideal pensada na PNAS e no SUAS - provavelmente a partir das grandes cidades, com a política pública na práxis local. Em Foz do Iguaçu, a despeito dos avanços dos últimos anos, a proteção social ainda encontra obstáculos sérios que comprometem a prevenção e a garantia de direitos no território norte da cidade e a exclusão de pessoas por simplesmente não portarem documento, o que não é um mero detalhe numa cidade fronteiriça.

REFERÊNCIAS

ANDRÉA FONSECA VENTURA DOS SANTOS, Andréa Ventura et al. O desmonte da assistência social brasileira no Governo Temer. In: **Cuba Salud 2018**. 2018.

BARDIN, Laurance. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 9. ed. Cortez editora, 2011.

BRASIL. Lei Orgânica da Assistência Social, Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 8 dez. 1993.

BRASIL; BRASIL. Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004. Regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 2004.

BRASIL. Lei Orgânica da Assistência Social. **Tipificação nacional de serviços socioassistenciais**. Brasília, Ministério de, 2009.

BRASIL. Lei do Sistema Único da Assistência Social, Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 7 jul. 2011.

BRASIL, Presidência da República. **Norma Operacional Básica**: 2012.

BRASIL, **Capacita SUAS Caderno 1 (2013) Assistência Social: Política de Direitos à Seguridade Social** / Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Centro de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – 1 ed. – Brasília: MDS, 2013.

BRASIL, **Capacita SUAS Caderno 3 (2013) Assistência Social: Vigilância Socioassistencial: Garantia do Caráter Público da Política de Assistência Social** / Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Centro de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – 1 ed. – Brasília: MDS, 2013.

BRASIL. Lei Orgânica da Assistência Social. **Tipificação nacional de serviços socioassistenciais**. Brasília, Ministério de, 2009. Reimpressão 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/ CNAS. **Resolução Nº 7 de 18 de maio de 2016**. Aprova o II Plano Decenal da Assistência Social. Brasília. 2016.

Brasil. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil** [recurso eletrônico]. — Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2019.

CABANHA, Samuel. **Diagnóstico socioterritorial da política de assistência social: informações sociais dos territórios/** Samuel Cabanha; Zoraide de Lima Soares Rodrigues (org.). – Foz do Iguaçu: Fundação Cultural de Foz do Iguaçu,

2019.

CATTA, Luiz Eduardo. **O Cotidiano de uma Fronteira: a Perversidade da Modernidade. Florianópolis/SC: UFSC**. 1994. Tese de Doutorado. Dissertação de Mestrado.

DE SOUZA, Pedro HG et al. **Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade: Um balanço dos primeiros quinze anos**. Texto para Discussão, 2019.

FALEIROS, Vicente de Paula. As funções da política social no capitalismo. **FALEIROS, VP A política social do Estado Capitalista**. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

FEDERAL, SENADO. Emenda Constitucional 95. 2016. **Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/legislacao/DetalhaSigen.action>**.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. O minidicionário da língua portuguesa ESCOLAR. **Mini Aurélio. Século XXI, 4ª ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira**, 2001.

FOZ DO IGUAÇU. Prefeitura Municipal. **Dados socioeconômicos de Foz do Iguaçu de 2011**. 2011.

FOZ DO IGUAÇU. Lei complementar n. 303 de 20 de dezembro de 2018. Dispõe sobre a criação, delimitação e denominação de Bairros no Município de Foz do Iguaçu e dá outras providências. **Diário Oficial**: ano XXII, n. 3.496, p. 12-38, 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. Editora Atlas SA, 1994.

HELM, Cecília Maria Vieira. Os primeiros ocupantes. **Revista Helena**, Paraná: Secretaria de Estado da Cultura do PR/SEEC, ano 2, n.3, p. 30-35, abr. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**: agregado por setores censitários dos resultados do universo de 1º de agosto a 31 de outubro. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

KOGA, Dirce. Diagnóstico Socioterritorial: entre o chão e a gestão. **Cadernos IHU Idéias**, 2016.

LAISNER, Regina; PAVARINA, Paula. O papel estratégico do diagnóstico socioterritorial para desenho, elaboração e avaliação de Políticas Públicas. In: **XXIX Congress do Latin American Sociological Association, Santiago-Chile**. 2013.

LIMA, Perci. Foz do Iguaçu e sua história. **Foz do Iguaçu: Serzegraf**, 2001.

LIMA, F. R. F. **Desenvolvimento regional na fronteira Foz do Iguaçu/BR, Ciudad Del Este/PY**. 2011. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

MINAS GERAIS. Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social. **Metodologia de Trabalho Social com Família na Assistência Social**. Belo Horizonte: Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social, 2007.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome –MDS. (2004). **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Assistência Social.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. (2005). **Norma Operacional Básica NOB-SUAS**. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Assistência Social.

NASCIMENTO, Paula Fonseca; MELAZZO, Everaldo Santos. Território: conceito estratégico na assistência social. **Serviço Social em Revista**, v. 16, n. 1, p. 66-88, 2013.

NASCIMENTO, Sueli do. Reflexões sobre a intersectorialidade entre as políticas públicas. **Serviço Social & Sociedade**, n. 101, p. 95-120, 2010.

OLIVEIRA, Elias de Sousa et al. Controle social: tensões entre o conselho de assistência social e o governo municipal de Foz do Iguaçu no processo de gestão da política de assistência social no período de 2005-2008. 2011.

Participação dos movimentos sociais foi imprescindível para que Constituição se tornasse cidadã. **Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde/CNTS**, Brasília, 05 jul. 2018. Disponível em <https://cnts.org.br/noticias/participacao-dos-movimentos-sociais-foi-imprescindivel-para-que-constituicao-se-tornasse-cidada/>. Acesso em: 07 jul. 2020.

RIBEIRO, Rosilane. **Avaliação do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) em município da região metropolitana de Fortaleza**. 2011. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará.

RIBEIRO, Danilo George et al. Metamorfoses na cidade: Tensões e contradições na produção e apropriação do espaço urbano em Foz do Iguaçu. 2015.

RODRIGUES, Luiz Felipe. **" Olha o alho!" A cidade de fronteira nos passos do sujeito**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso.

SPOSATI, Aldaiza. Descaminhos da seguridade social e desproteção social no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, p. 2315-2325, 2018.

TORRES, Iraildes Caldas. **As primeiras-damas e a assistência social: relações de gênero e poder**. Cortez Editora, 2002.

UGOSKI, Daiane da Rosa et al. Desafios e limites do Suas em cidades gêmeas da fronteira do Rs Pelotas. 2013.

APÊNDICE - Formas de Acesso das famílias do Jd. Canadá ao CRAS Norte

UR	UC	Categoria	Freq.
Acesso	A: é muito longe, não tem condições né...mas muitas vezes a gente foi <u>a pé</u>. Agora que tem o <u>Uber</u> né dá pra ir... dependendo do horário que a gente chama pra ir é muito caro. Se a gente não tem dinheiro tem que ir <u>a pé</u> mesmo. B: pra ir de ônibus não tem como, porque daqui onde nós mora pegar ônibus direto pra lá não tem ou a gente tem que subir lá em cima ou lá embaixo. Todo o tempo que a gente perde no ponto esperando compensa a gente ir <u>a pé</u>, porque tipo assim demora menos e se chegar depois das nove é muito raro você conseguir uma senha. Ou você fica lá e tenta pegar a tarde pra não perder viagem ou você vai embora e tenta a sorte outro dia. Quanto mais cedo você quiser voltar pra casa mais cedo você precisa acordar pra você ir... Peguei <u>Uber</u> da última vez que eu fui, porque da outra vez eu fui de <u>bicicleta</u> e passei mal porque o sol tava muito quente ... então daí nós fumo de <u>a pé</u> e daí voltamos de <u>Uber</u>. C:...daí ainda uma vez eu fui <u>de ônibus</u> e quase cheguei atrasada, cheguei a tempo mas em cima do laço... eu fui um dia antes né de <u>a pé</u> e daí já tinha esgotado daí marquei com ela porque antigamente agendava né agora não, agora é a vaga do dia, daí eu agendei daí eu vortei lá no outro dia né. Uma vez saí daqui de casa 4 da manhã né de <u>a pé</u> né porque só tinha 6 ficha né pra passar com a assistente social tinha que ser aquele dia e daí nós fumo bem cedo ...de <u>a pé</u> né com a cesta nas costas no sol de rachar né. D: então a maioria das vezes que eu sempre vou foi <u>a pé</u>, sempre <u>a pé</u>... a gente combina umas quatro cinco mulher vizinha né a gente sai bem cedinho... garante a vaga né... sozinha sozinha de tudo eu vou lá pra sete horas né eu tenho medo de andar na rua... se ir sem criança base de 1 hora eu tô lá. E: sempre <u>de carro</u> a gente compro um né...meu marido sempre me leva, quando ele não me leva ele me dá o dinheiro pra eu pegar <u>o ônibus</u>, daí eu pego <u>o ônibus</u> lá em cima...teve vez que já fui de <u>a pé</u>.	Formas de acesso	A pé: 5 U: 2 C: 1 B:1 O: 2
Andando (A pé)			
Uber (U)			
Carro (C)			
Bicicleta (B)			
Ônibus (O)			

APÊNDICE - Tipos de serviços ofertados pelo CRAS Norte

UR	UC	Categoria	Freq.
Serviços procurados no CRAS	A: quando começar às aulas vou ter que ir no cras <u>para atualizar o bolsa família, pegar o papel do Foz Habita, uma declaração pro médico.</u> B: <u>atualizar bolsa família, negócio de documento de alguma coisa que a gente precisa pra levar né.</u>	Tipos de serviços	BF:5
Bolsa família (BF)	C: tava mexendo com os <u>documento né</u> , os documento era paraguaio e daí até transferi né pra brasileiro daí é complicado... <u>atualizar bolsa família...</u> fui de trás de <u>cesta</u> né porque assim né tava precisando não tinha bico nenhum tava feia a situação... agente depende lá do CRAS né então eles podia vê né, investigar se a gente precisa da cesta ou não, oiá como a gente sobrevive né, fazer visita mais frequente, porque já vi gente que não precisa pegar <u>cesta básica</u> ou tem gente que pega e leva lá pro Paraguai né.		L: 1
Cad. do leite (L)			D: 5
Documentos (D)			CB: 2
Cesta básica (CB)	D: Então eu vou no CRAS quando eu preciso de <u>algum documento</u> né pra levar na escola, quando preciso de alguma declaração porque a gente aqui não tem declaração né, a gente não paga nem água e nem luz, então daí a gente precisa pra levar em algum lugar no centro... meu marido não tinha documento nenhum então corrijo atrás ponhei ele no <u>bolsa família...</u> a gente não tava muito fácil em casa e fui lá pedi <u>cesta básica</u> eles me deram e a gente trazemo nas costas no sol quente menina depois fiquei três dia de cama né.		E: 3
Encaminhamentos (E)	E: eu vô pra sim que nem <u>renovar bolsa família</u> essas coisa e o <u>benefício do piá</u> né, <u>documento</u> né e o <u>cadastro do leite</u> , só isso que eu vou mesmo.		

APÊNDICE - Nível de satisfação das famílias do Jd. Canadá com o atendimento do CRAS Norte

UR	UC	Categoria	Freq.
Atendimento do CRAS	A: <u>Eles não vem na casa da gente pra ver a necessidade da gente. Já faz 5 anos que eu tô aqui eles nunca vem visitar nós...Só tem 6 senha pra passar com a assistente social cê tem q tá lá umas 5h da manhã se não cê não consegue. Acho que tem 6 de manhã e 6 a tarde só. Eu acho muito mais fácil conversar com a psicóloga do que com a assistente social, porque as vezes cê não consegue e demora demais. Nós ficamos das 6 da manhã até meio dia sem comer nada. Só água, água, não tem nada pro cê comer, nenhum mercadinho pra comprar alguma coisa pro cê comer. Eles podia dá um café e umas bolacha pro pessoal né.</u>	Nível de satisfação	A: I
Satisfeito (S)	B: <u>Daí você fica sentada ali o dia inteiro só na água, deu fome, dale água, e demora, e demora, daí comecei a reclamar, pedi um café e nada, os outro também começou a reclamar e daí eles arrumaram um chá, um leite e um café, ótimo, já tirou o buraco do estômago. Mas depois que você pega a senha e entra lá pra dentro é um tal de sistema cair de sistema voltar, mas você faz e você pode ir embora...tipo assim só o que eu acho mais difícil né tanto pra ir, é sim você chegar lá e tem vez ou que você fica o dia inteiro lá ou você tem que voltar pra vc tentar a sorte no outro dia...</u> Desde os 17 anos que eu tenho o bolsa família <u>se eu falar que o pessoal do CRAS veio uma vez na minha casa, não veio.</u>		B: I
Insatisfeito (I)	C: <u>é muito bom né... vieram uma vez logo quando no início fui fazer o coisa do bolsa família eles vieram, só também... a gente agradece a Deus que a gente ganha a cesta né não importa o jeito que a gente vai trazer... já é difícil esperar com a barriga cheia imagina com a barriga vazia, mas a gente consegue né..</u>		C: S
	D: <u>eu não tenho do que reclamar do CRAS, sempre fui lá, sempre bem atendida, nunca me trataram mal. Eu vou no CRAS quando a gente precisa mesmo entendeu e eles nunca me negaram entendeu</u> só quando eles não tem mesmo		D: S
			E: S

Oficina de Convivência CAIA Canadá	E: <u>tuda vida me atendia bem, não tem que recramar</u> que eles me atendia mal tuda vida me atederam bem		
	A: Eu vou lá no CAIA e conto o que eles tão fazendo aqui em casa, aí eles sossega né. Só tem essa oficina desde que cheguei aqui, pras mãe mesmo não tem nada né. <u>Eles adoram, é muito bom.</u> Acho que não tem vaga né no CAIA pra criança entrar, tem criança na fila de espera. Filhos de B: a gente vai lá no CAIA, <u>a gente gosta</u>, a gente brinca, a gente estuda, a gente senta na roda de conversa, depois a gente vai brincar, faze passeio... gosto de brincar de vôlei... gosto da colônia de férias. C: só que não tem nada pra participar lá no CRAS <u>só aqui no CAIA agora que abriu</u>, ela faz ali né no associação, sim no CAIA.		A: S B: S C: S D: sem resposta E: sem resposta

APÊNDICE - Identificação das famílias do Jd. Canadá do CRAS Norte

UR	UC	Categoria	Freq.
Identificação do CRAS Norte Conhece (C) Não conhece (NC)	A: <u>Todos aqui vai, a maioria aqui vai</u>, principalmente quando as mulher aqui começa a ter bebê né e completa 6 meses tem q ir lá fazer o cadastro do leite, então <u>tem bastante gente aqui que vai</u>, não tem como a gente não ir né. B: Que não vai aqui é só essa paraguaia aqui e aquela outra paraguaia lá do lado... elas tem documento paraguaio daí elas não vão, <u>o resto vai querendo ou não é uma coisa que a gente precisa ir.</u> C: <u>eu acho que tudo as pessoa aqui vai né</u>, eu acho que tudo vai, mesmo sendo longe e difícil tudo vai, a gente vai né. D: <u>maioria do povo que eu conheço vai tudo, a maioria das munherada vai.</u> E: <u>maioria tudo conhece e vai.</u>	Conhecimento sobre o CRAS Norte	C: 5 NC: 0

APÊNDICE - Vulnerabilidades identificadas nas famílias do Jd. Canadá

UR	UC	Categoria	Freq.
Vulnerabilidades Baixa Renda (BR) Baixa Escolaridade (BE)	A: <u>com mil reais cê não faz nada hj em dia né</u>, ainda mais eu que tenho 6 criança, só de material escolar deu 650 reias, daí tem a comida, o gás. Ele não tem serviço fichado, ele trabalha numa reciclagem de pneu que eles pegam da rua né, <u>ele também não tem salário, só dá pro básico. A gente passa dificuldade no mês. Eu me matriculei agora, tô começando do começo, porque é tão difícil pra mim né</u>, às vezes eles dão um papel pra gente e a gente nem sabe o que está escrito né e tem que tá pedindo pras pessoas ter que ficar lendo pra gente né. B: <u>só com o bolsa família e da renda dele... é mais como ajudante de pedreiro. Parei de estudar...</u> C: <u>é bolsa família e quando a gente tem bico né. A gente não tem estudo.</u> D: <u>bolsa família... reciclagem e ele trabalha de pedreiro né. Eu e meu marido não estudamo né.</u> E: <u>eu não sei ler. Bolsa família e meu marido trabalha.</u>	Tipos de vulnerabilidade	BR: 5 BE: 5

ANEXOS

ANEXO A – CARTILHA DO CRAS NORTE

Em Foz do Iguaçu existem
Cinco unidades de CRAS
distribuídos pelas regiões:

CRAS SUL
CRAS OESTE
CRAS LESTE
CRAS NORDESTE

E o Nosso
O CRAS NORTE!



Existem outros equipamentos
que compõe a rede de
proteção dentro da
Assistência Social e que você
pode contar:

CREAS I e CREAS II
CENTRO DA JUVENTUDE
CENTRO DE
CONVIVÊNCIA DO IDOSO
CENTRO POP
CASA DE PASSAGEM I e II
GRAM
RESIDENCIA INCLUSIVA
PATRONATO

CRAS NORTE



O QUE É O CRAS?

É o **Centro de referência da Assistência Social**, porta de entrada dos usuários da política de Assistência Social para a rede de Proteção Social Básica. Trabalha na perspectiva da prevenção e minimização e/ou superação das desigualdades sociais. Para isso possui uma equipe formada por vários profissionais que acolhem, escutam, orientam e encaminham as pessoas para os serviços sócioassistenciais disponíveis.

QUAIS OS PROGRAMAS DESENVOLVIDOS?

PAIF: o Programa de Atenção Integral às Famílias visa fortalecer a função de proteção das famílias, prevenindo a ruptura de laços, promovendo o acesso aos seus direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida.

SCFV: o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos visa promover a socialização e fortalecer a convivência familiar e comunitária

Cadastro Único: O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Este é principal instrumento do

Estado brasileiro para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas federais, sendo usado obrigatoriamente para a concessão dos benefícios do Programa Bolsa Família, da Tarifa Social de Energia Elétrica, do Programa Minha Casa Minha Vida, entre outros.

AÇÕES

O CRAS é um órgão de referência e contrarreferência na rede socioassistencial e desenvolve ações através de:

- Acolhida e recepção
- Atendimento individualizado
- Atendimento coletivo
- Encaminhamento
- Oficinas
- Ações Comunitárias
- Visitas domiciliares
- Articulação com a rede de atendimento
- Outras ações

NOSSA EQUIPE

Coordenação
Assistentes Sociais
Psicólogas
Cadastradores do CadÚnico
Educadores Sociais
Recepcionista
Auxiliar administrativo
Auxiliar de Serviços gerais

ONDE ESTAMOS

Localizado na Av. Andradina, s/nº,
Bairro Cidade Nova, Foz do
Iguaçu/PR

NOSSOS CONTATOS

(45) 3901-3268
(45) 99997-3231
cras.norte.pmf@gmail.com

NOSSO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

Atendimento ao público de segunda
à sexta-feira das 08h00min às
18h00min.

ANEXO B – CONVITE DO GRUPO SOCIOEDUCATIVO



Olá Srs. Pais e Responsáveis pelas crianças e adolescentes inseridas no Serviço de Convivência do CAIA CANADÁ.

Você Conhece todos os Serviços do CRAS NORTE? Venha participar de uma conversa e fique por dentro!

**Dia 12/12/2019, quinta-feira, às 14hs
Na Associação de Moradores do
Canadá**

Sua presença é muito importante

Um convite do CRAS NORTE e Parceiros!



Olá Srs. Pais e Responsáveis pelas crianças e adolescentes inseridas no Serviço de Convivência do CAIA CANADÁ.

Você Conhece todos os Serviços do CRAS NORTE? Venha participar de uma conversa e fique por dentro!

**Dia 12/12/2019, quinta-feira, às 14hs
Na Associação de Moradores do
Canadá**

Sua presença é muito importante

Um convite do CRAS NORTE e Parceiros!



Olá Srs. Pais e Responsáveis pelas crianças e adolescentes inseridas no Serviço de Convivência do CAIA CANADÁ.

Você Conhece todos os Serviços do CRAS NORTE? Venha participar de uma conversa e fique por dentro!

**Dia 12/12/2019, quinta-feira, às 14hs
Na Associação de Moradores do
Canadá**

Sua presença é muito importante

Um convite do CRAS NORTE e Parceiros!



Olá Srs. Pais e Responsáveis pelas crianças e adolescentes inseridas no Serviço de Convivência do CAIA CANADÁ.

Você Conhece todos os Serviços do CRAS NORTE? Venha participar de uma conversa e fique por dentro!

**Dia 12/12/2019, quinta-feira, às 14hs
Na Associação de Moradores do
Canadá**

Sua presença é muito importante

Um convite do CRAS NORTE e Parceiros!

ANEXO C – LISTAGEM DOS BAIRROS DO CRAS – PARTE I

R 07 - Região do Parque Imperatriz	R 08 - Região da AKLP	Legendas: ¹ Loteamentos; ² Localidades.
BAIRRO LANCASTER	BAIRRO ITAIPU A	BAIRRO ITAIPU B
Condomínio Arco di Roma ¹	Imóvel Foz do Iguaçu - Parte II (parte) ²	II Distrito ²
Condomínio Horizontal Fechado Arco Di Paris ¹	Gleba 27 A ²	Condomínio Horizontal Fechado Infinitus ¹
Condomínio Horizontal Fechado Lago dos Cisnes ¹	Gleba 27 B ²	Condomínio Horizontal Fechado Residencial Esmeralda ¹
Condomínio Horizontal Fechado Vila A Park ¹	Gleba 27 C ²	Condomínio Vila Residencial "B" ¹
Imóvel Veneza-II Distrito ²	Gleba 27 D ²	Imóvel Foz do Iguaçu - Parte II (parte) ²
Imóvel Foz do Iguaçu-Parte II (parte) ²	Vila Residencial "A-1" ¹	
Jardim Ana Cristina ¹	Vila Residencial "A-2" ¹	
Jardim Canadá ¹	Vila Residencial "A-3" ¹	
Jardim Canadá II ¹	Vila Residencial "A-4" ¹	
Jardim Curitiba IV ¹	Vila Residencial "R-1" ¹	
Jardim Dona Rocca ¹	Vila Residencial "R-2" ¹	
Jardim Duarte ¹	Vila Residencial "R-3" ¹	
Jardim Lancaster I ¹	Vila Residencial "R-4" ¹	
Jardim Lancaster II ¹	Vila Residencial "R-5" ¹	
Jardim Lancaster III ¹	Vila Residencial "R-6" ¹	
Jardim Lancaster IV ¹		
Parque Presidente ¹		

BAIRRO POLO UNIVERSITÁRIO	BAIRRO PORTO BELO
Imóvel Foz do Iguaçu - Parte II (parte) ²	Condomínio Horizontal Fechado Residencial Araras ¹
Jardim Evangélico ¹	Condomínio Horizontal Fechado das Palmeiras ¹
Jardim Veneza ¹	II Distrito ²
Loteamento Jardim Curitiba ¹	Imóvel Foz do Iguaçu - Parte II (parte) ²
Loteamento Universitário das Américas ¹	Jardim Califórnia ¹
Loteamento Universitário das Américas II ¹	Jardim Florença ¹
Parque Linear ¹	Jardim Irma ¹
Vila São Sebastião ¹	Jardim Itaipu ¹
	Jardim Mariza ¹
	Jardim Nova Califórnia ¹
	Jardim Olívia ¹
	Jardim Rosi Magalhães ¹
	Loteamento Budel ¹
	Loteamento Jardim Residencial Princesa Daiana ¹
	Loteamento São Roque ¹
	Loteamento Stella Maris ¹
	Parque Industrial e Comercial São Paulo ¹
	Porto Belo ²

BAIRRO KLP	BAIRRO IPÊ
Condomínio Horizontal Fechado Porto Seguro ¹	Condomínio Horizontal Fechado Terras Alpha Foz do Iguaçu ¹
Conjunto Belvedere ¹	Condomínio Horizontal Fechado Terras Alpha Foz do Iguaçu II ¹
Imóvel Foz do Iguaçu - Parte II (parte) ²	Conjunto Residencial Aporã-Imóvel Veneza - II Distrito ²
Jardim das Laranjeiras ¹	Jardim Bárbara ¹
Jardim Estrela ¹	Jardim Curitiba ¹
Jardim do Paraná ¹	Jardim Curitiba II ¹
Jardim Petrópolis ¹	Jardim Curitiba III ¹
Loteamento Belvedere II ¹	Jardim Ipê ¹
Parque Residencial Karla ¹	Jardim Ipê I ¹
	Jardim Ipê II ¹
	Jardim Ipê III ¹
	Jardim Ipê IV ¹
	Jardim Jasmin ¹
	Jardim Santa Rosa ¹
	Loteamento Jardim Marcey ¹

ANEXO D – LISTAGEM DOS BAIRROS DO CRAS – PARTE II

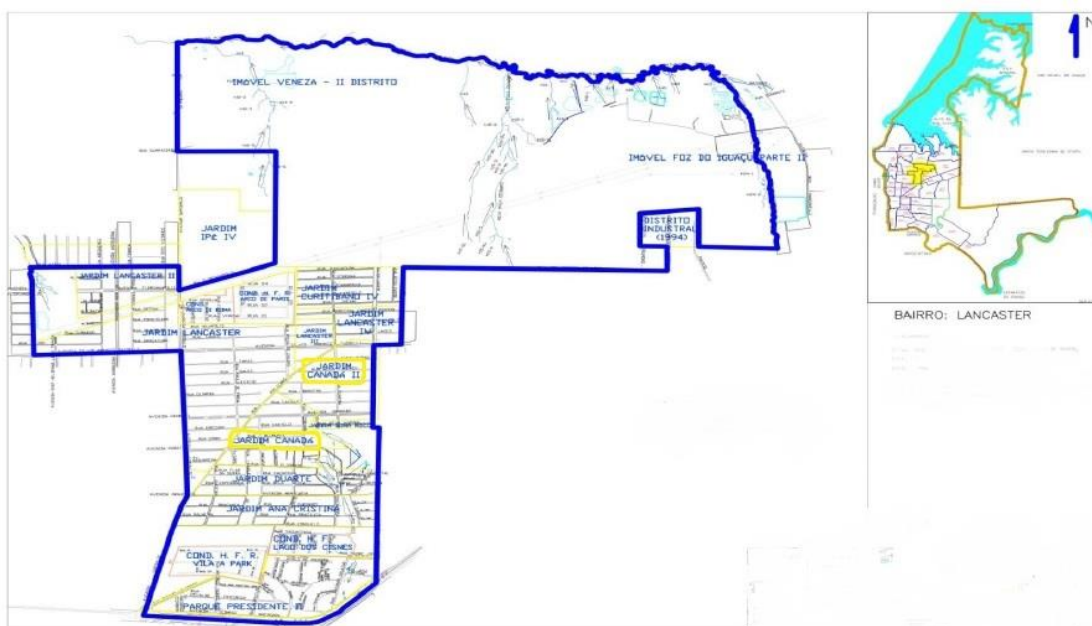
R 02 - Região da Vila "C"

Legendas: ¹ Loteamentos; ² Localidades.

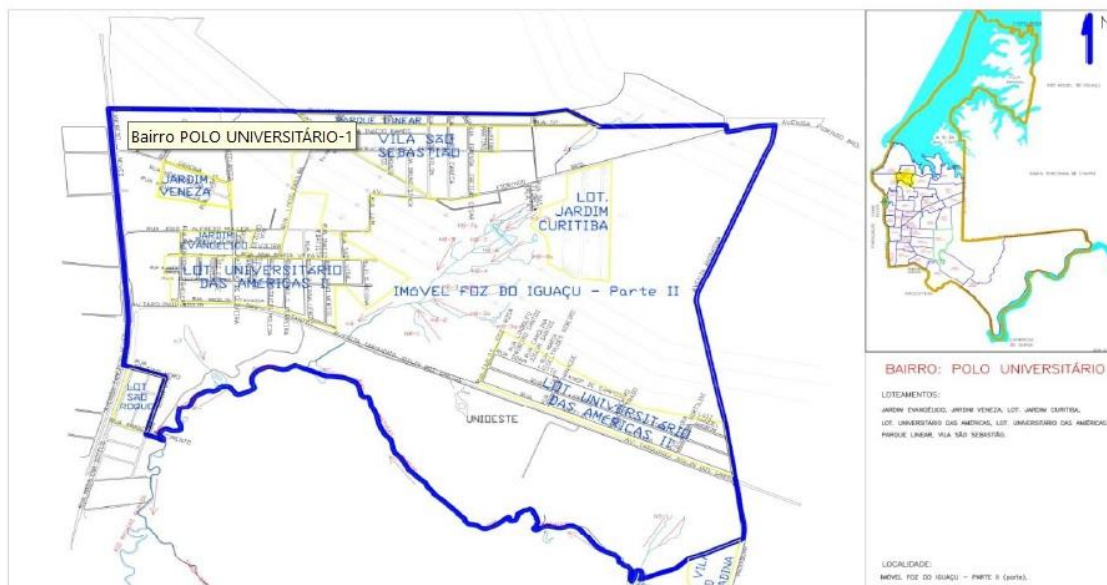
BAIRRO CIDADE NOVA	BAIRRO ITAIPU BINACIONAL	BAIRRO ITAIPU "C"
Cidade Nova ¹	Itaipu Binacional ²	Vila "C-NE" ¹
Cidade Nova II ¹		Vila "C-NW" ¹
Cidade Nova - Vila Rural ¹		Vila "C-SE" ¹
Fazenda Bela Vista ²		Vila "C-SW" ¹
Imóvel Foz do Iguaçu - Parte II (parte) ²		Loteamento Bela Vista de Itaipu - 1ª Parte ¹
Imóvel Veneza ²		Loteamento Bela Vista de Itaipu II ¹
Jardim Almada ¹		Jardim Bela Vista de Itaipu III ¹
Jardim Nova Andradina ¹		
Loteamento Vila Residencial Andradina ¹		
Vila Solidária ¹		

ANEXO E – MAPA DO BAIRRO LANCASTER E PÓLO UNIVERSITÁRIO

BAIRRO LANCASTER



BAIRRO POLO UNIVERSITÁRIO



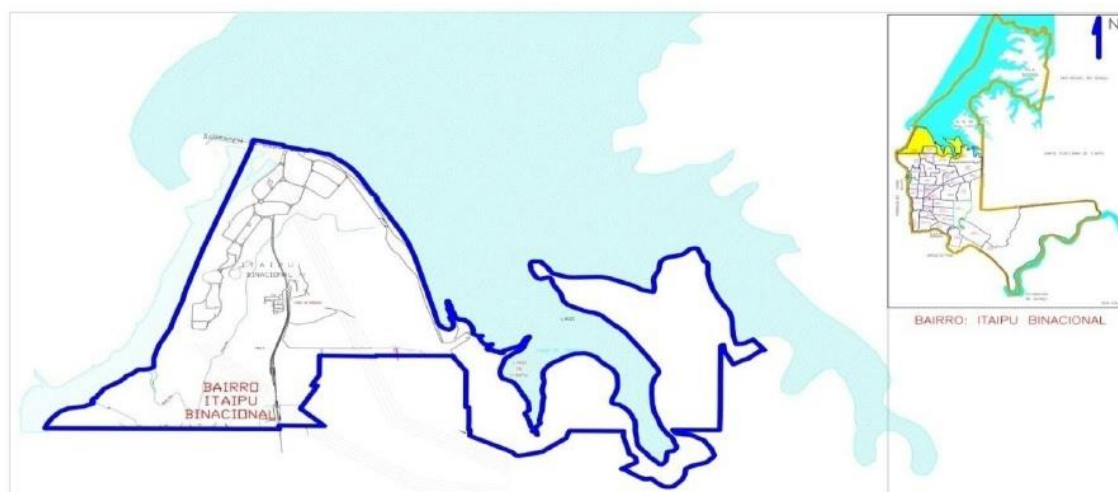
The map displays the layout of Bairro Cidade Nova-1, a residential area with numerous lots and streets. Key features include:

- Surrounding Areas:** FAZENDA BELA VISTA to the north, FURNAS CENTRAIS and ELÉTRICAS S/A to the east, and TMSVEL VENEZA to the south.
- Internal Divisions:** The area is divided into several sub-sections, including "CIDADE NOVA - VILA RURAL", "CIDADE NOVA III", and "COTE JARDIM NOVA ANDRADINA".
- Streets:** A dense network of streets is shown, with names like "AV. JACQUES KAY", "AV. JACQUES KAY", "AV. JACQUES KAY", and "AV. JACQUES KAY".
- Inset Map:** A small map in the top right corner shows the location of the main map area within a larger regional context, with a north arrow.

ANEXO G – MAPA DO BAIRRO ITAIPU A E ITAIPU BINACIONAL



BAIRRO ITAIPU BINACIONAL



ANEXO K – MAPA DO BAIRRO ITAIPU B